



# MANIPULANDO ALMAS

**A construção do imaginário paulista  
na Primeira República**

**Fernando Santos da Silva**

paruna



### **Conselho Editorial**

Elizabeth Madureira Siqueira – IHGMT

Renilson Rosa Ribeiro – UFSCar

Nileide Souza Dourado – NDIHR/UFMT

Sérgio Henrique Puga da Silva – UFMT

Adrienne de Oliveira Firmo – USP

Adriana Gonçalves Pio – UNIVALE

Daniela Bitencourt Bueno – FMUSP

Madelene Marinho e Silva – UNESP

Fernando Santos da Silva

# MANIPULANDO ALMAS

**A construção do imaginário paulista  
na Primeira República**



São Paulo, SP  
2024

© Fernando Santos da Silva., 2024.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A Paruna segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

---

S586 Silva, Fernando Santos da.  
Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na  
Primeira República – 2ª edição/ Fernando Santos da Silva. -- São  
Paulo: Paruna, 2024.

97 f. ; 21 cm

ISBN: 978-65-85106-41-2

1. Brasil. 2. História. 3. Primeira República. 1889-1930. I. Título.

CDD: 981.05

CDU: 94 (81)

---

Revisão e Normalização Textual:

**Vítor Henrique Santos da Silva**

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

**Candida Bitencourt Haesbaert – Paruna Editorial**

Imagens:

Capa: Adobe Stock/Paruna – montagem – Wikimedia Commons

Miolo: Domínio Público, Wikimedia Commons



**Paruna Editorial**

Rua Lima Barreto, 29 – Vila Monumento

CEP: 01552-020 – São Paulo, SP

Fone: 11 97958-9312

[www.paruna.com.br](http://www.paruna.com.br)

*A história é testemunha do passado, luz  
da verdade, vida da memória, mestra da  
vida, anunciadora dos tempos antigos.*

Cícero



Teatro Municipal de São Paulo, 1920.

# PREFÁCIO



Museu Paulista da USP, 1892.

PREFÁCIO (2ª edição)

# **Manipulando Almas ou exercendo hegemonia?**

## **O enigma da dominação oligárquica na ‘Primeira República’**

*Manipulando Almas* chega a sua segunda edição pelo mérito, destacado pela professora Priscila Gomes Correa no prefácio da primeira publicação, de auxiliar estudantes e professores de ensino médio no processo de aprendizagem de temas da história brasileira e, além disso, de contribuir com o debate historiográfico sobre a construção política da república no Brasil. Interessa, portanto, ao estudante e ao pesquisador.

A obra recapitula, em uma narrativa clara e bem resolvida, os eventos políticos centrais da passagem do regime monárquico ao republicano e, ao mesmo tempo, propõe um problema analítico de grande relevância e atualidade para a compreensão do tipo de república que temos em nosso país: como se deu a construção da hegemonia política e ideológica dos cafeicultores paulistas na República Brasileira. É desta segunda questão que tratarei a seguir.

Embora Fernando Santos não explicito o estatuto teórico do conceito de hegemonia com que opera, penso que a riqueza de

sua narrativa e análise abre a possibilidade de se refletir sobre o conjunto de questões postas em uma perspectiva gramsciana. E, se assim o fizermos, teremos de concluir que o regime federalista construído pela burguesia cafeeira paulista estabeleceu um tipo de dominação sem hegemonia.

Considerando que, para o revolucionário italiano, a hegemonia consiste em um tipo de dominação que combina repressão e consenso, com predominância deste último fator, sendo característico (o tipo de dominação por hegemonia) de formações sociais com padrões “ocidentais” de relação entre Estado e sociedade, nos quais a sociedade civil (sindicatos, partidos, jornais, associações culturais etc.) é forte, o texto de Fernando Santos evidencia que essas condições estavam ausentes no Brasil do final do século XIX.

O autor descreve um Partido Republicano Paulista silente em relação à principal causa popular de seu tempo, o movimento abolicionista, e muito prudente em sua campanha pelo novo regime: ao invés da mobilização dos clubes republicanos e da agitação dos estudantes do Largo São Francisco, preferia os “*meetings* e encontros a portas fechadas”. O apoio, embora condicional, dos republicanos paulistas ao golpe encabeçado por Deodoro da Fonseca consagrou um nascimento republicano por via não hegemônica, mas elitista, “pelo alto”.

O sistema eleitoral instituído, com diminuta participação dos cidadãos-eleitores e pouca legitimidade devido às fraudes e à previsibilidade dos resultados, como demonstra Fernando, não permitia à elite paulista projetar-se como direção política e moral de toda a sociedade. A incorporação do imaginário republicano pela população, um termômetro da adesão a determinados símbolos e ideias, por sua vez, foi, como demonstrou José Murilo de Carvalho, fraca.

Mas, é legítimo indagar-se, a burguesia cafeeira paulista não logrou projetar seus interesses particulares como se fossem os de toda a Nação, como prescreve o conceito de hegemonia segundo Gramsci? Não convenceu os brasileiros de que “o Brasil é o país do café”? Fernando Santos demonstra que, desde o ministério do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, a República funcionou como um regime de conciliação. Podemos pensar: uma composição de interesses dentro da classe dos produtores rurais e comerciantes ligados ao setor de exportação e não como uma incorporação das classes subalternas por meio de concessões econômicas, políticas e simbólicas.

Prossequindo nesse debate triangular entre o trabalho de Fernando Santos, as ideias de Gramsci e o processo de nascimento da República em nosso país, cabe ressaltar a correta interpretação do autor de que na Primeira República “a noção de regionalidade prevalecia sobre a de nacionalidade” e que “talvez o objetivo da elite política paulista fosse submeter os interesses nacionais aos interesses dos cafeicultores” (p. 69). De fato, no caso italiano, o filósofo marxista entende que a região do Piemonte exerceu as funções de um “partido político” no processo de unificação nacional, substituindo o exercício da direção intelectual e moral de uma classe por meio de seu partido, por uma liderança militar e política de uma região economicamente mais desenvolvida sobre as demais regiões do país.

Como argumenta o autor no capítulo 3 deste trabalho, foi apenas no contexto da crise dos anos 1920 que a burguesia cafeeira paulista, ameaçada pelo tenentismo e pelas dissidências oligárquicas, começou a se preocupar seriamente em apresentar-se como representante de um projeto de futuro que transcendesse o horizonte do que “é bom para o café, é bom para o Brasil”. Mas isto se deu mais no plano simbólico, do apoio ao

movimento modernista na Capital e da transformação do Museu Paulista em um museu de história nacional... sob o viés do bandeirantismo. A indicação de Júlio Prestes como candidato à sucessão de Washington Luís nas eleições de 1930 indica o quanto, na esfera política e econômica, a “margem de manobra” dos cafeicultores paulistas era estreita.

É interessante acompanhar, pelos olhos de Fernando Santos, o destino político/cultural dos principais artífices do projeto de hegemonia simbólica paulista após a Revolução de 1930: tanto Afonso de Taunay quanto Mário de Andrade foram servir em aparelhos culturais do novo regime — ou seja, em vez de projetarem a hegemonia de São Paulo, foram incorporados pelo projeto hegemônico varguista.

A leitura de *Manipulando Almas* pode despertar nas leitoras e leitores o desejo de visitar o Museu Paulista, reaberto ao público em 2022, depois de onze anos. Lá encontrarão uma narrativa museológica bem diferente da concebida por Taunay para o centenário da Independência, em 1922. Os signos da construção do bandeirantismo como uma epopeia da construção territorial, econômica, cultural e étnica da Nação continuam lá, mas filtrados por um viés crítico. Suas principais vítimas, os povos aborígenes, ganham espaço e voz e outras epopeias ganham visibilidade: a do trabalho produtivo e reprodutivo, por exemplo. Podemos então apostar que, agora sim, o Museu Paulista apresenta-se como portador de um projeto de hegemonia, exercendo a direção intelectual e moral da sociedade nos interesses de uma classe ou coalizão de classes. Mas qual classe?... São perguntas e possibilidades que o trabalho de Fernando Santos suscita ao debate historiográfico.

**Murilo Leal**

Doutor em História Social – Universidade Federal de São Paulo

PREFÁCIO (1ª edição)

# **Perspectivas da História Política**

## **Uma narrativa sobre as peripécias dos republicanos paulistas**

Temas da política, sobretudo partidária ou institucional, não têm exercido grande atração sobre os jovens historiadores brasileiros, o que, em parte, reflete as representações sobre a política nacional como um campo de disputas de interesses de sujeitos suscetíveis à corrupção. Mesmo as modas historiográficas europeias, que há anos retomaram a perspectiva de uma história política renovada, ainda não ganharam grande projeção entre nós, mais afeitos aos estudos sociais e culturais. Além disso, também a narrativa de peripécias goza de diminuto interesse entre os pesquisadores, voltados para a reflexão sobre determinadas problemáticas, não raro, prescindindo do cuidado com uma narrativa sobre a situação abordada.

Por isso, o presente livro surpreende ao expor uma narrativa no campo da história política, abordando as ações e reflexões dos membros de um partido político de influência decisiva sobre o processo histórico do País de fins do século XIX e início do século XX, que constituíram a famosa “política do café com leite”. Fernando Santos apresenta, de maneira clara e simples,

o seu objetivo de descrição do processo de construção da hegemonia política dos cafeicultores paulistas no início da República.

Trata-se de um texto generosamente informativo, na medida em que expõe não só o debate, entre os membros do PRP, sobre que rumos deveria tomar a República brasileira, mas também narra as idas e vindas dentro do governo central do país, os ajustamentos ideológicos e as concessões políticas no processo de divisão do poder entre as elites política e econômica. Eis um ponto de partida, entretanto, para uma reflexão crítica sobre os verdadeiros interesses dos republicanos brasileiros, apontando para uma possível ingerência diante dos anseios populares, o que teria consequências até sobre a nossa política atual, ao constituir uma tradição pautada pelo descompromisso, por exemplo, com questões sociais.

Dessa maneira, a ideia de um governo republicano não teria contado com bases ideológicas sólidas, aparecendo na política brasileira como uma alternativa para a defesa de interesses diversos, muitas vezes de caráter privado e, portanto, sem um projeto para o País, como se pode acompanhar ao longo deste livro; uma importação e adaptação de ideias para satisfazer as pressões do próprio desenvolvimento capitalista que acompanhou o *boom* da cafeicultura no país.

As diversas crises, disputas de poder no seio da própria elite, os regionalismos e as ondas de insatisfação popular levaram à gestação de justificativas plausíveis para a solidificação do poder nas mãos dos paulistas e mineiros no início do século XX, criando a necessidade de montagem de um aparato ideológico, um “imaginário da participação paulista na formação e consolidação da construção da Nação Brasileira”; um imaginário alimentado pela criação de uma memória iconográfica e, sobretudo, pelo trabalho de pesquisadores como Affonso Taunay.

Em contraponto, apresenta-se a visão dos modernistas, em especial de Mário de Andrade, mas destacando o elitismo que também compunha essa crítica, favorecendo, segundo Fernando Santos, o projeto cultural do governo varguista. É nesse ponto que o texto dialoga com as tendências contemporâneas da historiografia, apontando para dados de investigação relevantes e complementares à abordagem política, ou seja, a interface com a cultura por meio dessa criação de memória iconográfica e literária. Esse tema que já conta com diversos estudos no âmbito da história cultural, mas merece sempre um aprimoramento e uma ampliação das investigações a partir de sugestões como esta apresenta pelo estudo.

Este trabalho oferece, portanto, uma breve revisão bibliográfica capaz de expor os dados do problema, escancarando as portas para a necessidade de nos voltarmos para uma história mais política, aquela há muitos anos renegada pelas tendências modernas da historiografia, mas talvez a única capaz de expor um problema tão sério quanto o do processo político que envolve a Administração Pública e constitui o alicerce para o entendimento de culturas políticas arraigadas, que apontam para a formação de uma *esfera pública* desconectada do debate sobre as instâncias decisórias do País, não assistindo e se responsabilizando pela delegação de poderes.

Este breve estudo surge como uma importante introdução para estudantes e professores de ensino médio, auxiliando o processo de aprendizagem de temas da história brasileira e contribuindo para a historiografia com essa importante sugestão de problemática e ênfase no político.

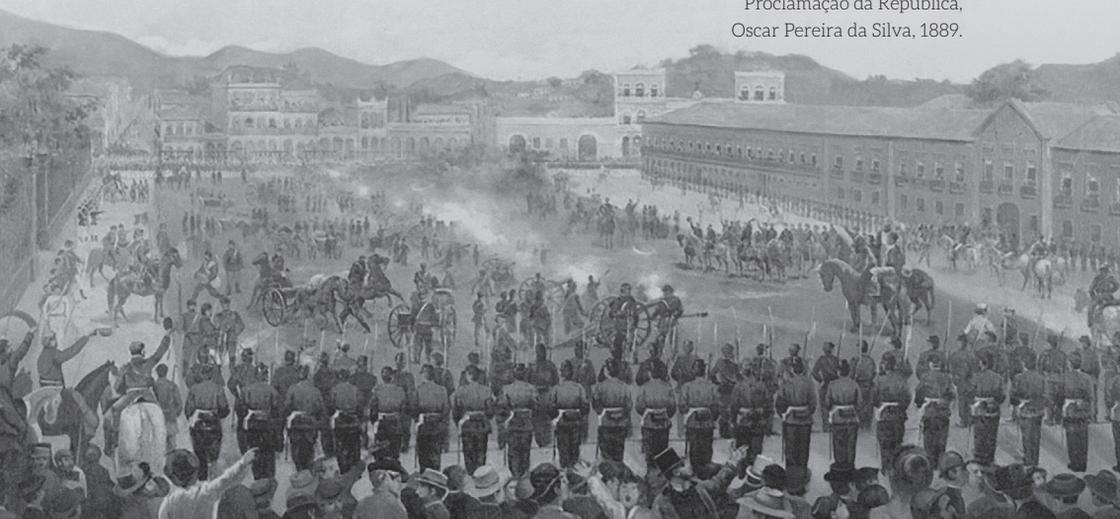
**Priscila Gomes Correa**

Doutora em História Social – Universidade do Estado da Bahia

# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>  | <b>15</b> |
| <b>CAPÍTULO I – HISTÓRIA .....</b>   | <b>20</b> |
| <b>1. A burguesia cafeeira paulista e o movimento republicano:<br/>a busca por um governo feito para nós e por nós .....</b> | <b>21</b> |
| <b>CAPÍTULO II – LUTA POLÍTICA .....</b>   | <b>36</b> |
| <b>2. O poder em nossas mãos – a consolidação da hegemonia<br/>da burguesia paulista no Estado Republicano .....</b>         | <b>37</b> |
| <b>CAPÍTULO III – CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA.....</b>   | <b>64</b> |
| <b>3. As diversas construções ideológicas .....</b>  | <b>65</b> |
| <b>3.1 A construção da ideologia da hegemonia paulista perrepista .....</b>  | <b>65</b> |
| <b>3.2 Construção historiográfica de Affonso de Taunay .....</b>   | <b>69</b> |
| <b>3.3 Crítica modernista de Mário de Andrade.....</b>   | <b>76</b> |
| <b>PARA (NÃO) CONCLUIR .....</b>   | <b>79</b> |
| <b>POSFÁCIO .....</b>  | <b>82</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>91</b> |
| <b>SOBRE O AUTOR.....</b>  | <b>96</b> |

Proclamação da República,  
Oscar Pereira da Silva, 1889.



# APRESENTAÇÃO

**PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA**  
Fundado em 1873



# Apresentação

“A História está para o gênero humano, assim como a razão está para o indivíduo.”

Arthur Schopenhauer.

*Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na Primeira República*, de Fernando Santos, aborda um significativo período da história brasileira e, em particular, algumas intervenções do Partido Republicano Paulista. Além disso, a obra proporciona a oportunidade de nos encontrarmos com fatos e personagens de relevo. Nessa trajetória, estão fatos referenciais da vida social, política, econômica e cultural de nossa sociedade paulista e brasileira – a Convenção Republicana de Itu, a Proclamação da República, a Política do Café com Leite, o Centenário da Independência do Brasil, a Semana de Arte Moderna de 1922 e o início da Era Vargas. Certamente um período de forte efervescência no âmbito político e cultural da cidade de São Paulo e do estado de São Paulo, pois está fundamentado em sua referencialidade econômica e nas mudanças sociais.

A cidade de São Paulo, particularmente no período de 1870 a 1910, conviveu com uma incrível expansão nas mais variadas vertentes de nossa sociedade. Apesar do progresso econômico que vinha alcançando, a elite paulista estava distante do poder político nacional, centralizado no Rio de Janeiro, nas mãos do imperador D. Pedro II, que era diretamente influenciado pela tradicional elite aristocrática fluminense, a qual ainda mantinha os modos de pensar e agir dos tempos coloniais.

É nesse período que ocorre a fundação de instituições no âmbito profissional, da cultura, da educação, da ciência, do

comércio, da indústria e do esporte. Podemos citar o Instituto dos Advogados de São Paulo (1874), a Escola Polytechnica de São Paulo (1893), o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP; 1894), a Associação Comercial de São Paulo (1894), a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895), a Liga Paulista de Foot-Ball (1901), o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo (1904) e a Academia Paulista de Letras de São Paulo (1909). Essas organizações, incontestavelmente, permitem colocar a sociedade paulistana e paulista em movimento referencial para a época.

Ao apresentar temas fundamentais para contextualizar a construção do imaginário paulista na Primeira República, Fernando Santos oferece ao leitor, a oportunidade de explorar aspectos da vida paulista e brasileira. O registro desse percurso devidamente compreendido contribuirá para consolidar reflexões acerca dessa referencial participação paulista em nível nacional, em especial, a luta da burguesia cafeeira paulista para ter o domínio político do novo estado republicano e modelá-lo de acordo com seus desejos.

Além de rememorar o passado, questionar o presente e, sobretudo, apontar para diálogos relevantes que desejamos para o futuro, a obra evidencia a importância do IHGSP, fundado em 1º de novembro de 1894, que sempre contou com a atuação de figuras expressivas da história paulistana, paulista e brasileira, e certamente é o ponto de encontro para o caminhar histórico apresentado em *Manipulando Almas*, ao integrar os objetivos do IHGSP quanto à pesquisa e à divulgação da História, com especial atenção para o estado de São Paulo e suas repercussões no âmbito nacional e internacional.

Entre fatos e personagens dessa trajetória histórica, existem possibilidades para a busca, mais profunda, de informações que

contribuam com a ampliação da cultura geral das pessoas. Entre esses, a Constituição de 1824 e a Confederação do Equador (ambas completam 200 anos), bem como as várias revoltas ocorridas no território brasileiro, como Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Farrapos e Federalista. Os eventos coletivos se constituem pela participação individual que percorrem os vários espectros da sociedade — dos ilustres aos ilustres desconhecidos. Assim, esses episódios históricos admitem uma quantidade significativa de personalidades, entre tantos, D. Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca, Marechal Hermes da Fonseca, Prudente de Moraes, Washington Luiz, Ruy Barbosa, Campos Salles, Bernardino de Campos e Getúlio Vargas.

Fernando Santos, ao buscar elucidar a construção do imaginário paulista na Primeira República, permite trazer algumas curiosidades junto ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Provavelmente, a perplexidade e a curiosidade inicial certamente ocorram no âmbito da possível interação entre os fatos, alguns personagens e a primeira instituição cívico-cultural do estado de São Paulo. Entre essas curiosidades, de fato, há participação institucional e individual de parte de seus membros históricos, além da participação do IHGSP no Centenário da Independência e na Semana de Arte Moderna de 1922.

Ao longo de seus 130 anos, o IHGSP possui trajetória histórica construída por destacadas figuras devidamente engajadas nos vários setores da vida social, econômica, política e cultural de nossa sociedade. Nesse sentido, é possível ressaltar a intervenção de muitos de seus membros na concretização de ações e importantes instituições paulistas e brasileiras, bem como em momentos significativos e cruciais de nossa história. Entre esses membros presentes em *Manipulando Almas*, os fundadores: Bernardino de Campos, Prudente de Moraes e Jorge Tibiriçá,

e ainda os eleitos Washington Luiz (1901), Américo Brasiliense (1904), Ruy Barbosa (1908), Afonso d'Escragnole Taunay (1911) e Mário de Andrade (1936), sendo Washington Luiz, Afonso d'Escragnole Taunay e Américo Brasiliense membros ativos da Comissão de História do IHGSP.

*Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na Primeira República*, ao abordar os contextos sobre o surgimento do Partido Republicano Paulista, as suas intervenções e os desdobramentos, possibilita que o leigo e o especialista tenham um caminho de entrada para refletir e agir no seu pensar político e social. Em síntese, além de contribuir para a historiografia desse período, a obra embasará a leitura e a compreensão do contexto e dos fatos relacionados às revoluções de 1924, de 1930 e a Constitucionalista de 1932. Assim, os fatos históricos devem continuar a ser fontes de estudos e de divulgação, pois a História deve integrar a cultural geral de todos para uma ação, cada mais consciente, no presente e, sempre, perspectivando o futuro.

Excelente leitura para motivadoras conversas e ações!

### **João Tomás do Amaral**

Doutor em Educação – Universidade de São Paulo  
Presidente do IHGSP

## CAPÍTULO I

# História

“Deve-se admitir incontestavelmente que uma história, seja qual for o seu objeto, conte os fatos sem intenção de que prevaleça um interesse ou fim particular. Mas com a banalidade de semelhante exigência pouco se adiantará, visto que a história dum assunto está intimamente conexas com a concepção que dela se faça.”

Georg Wilhelm Friedrich Hegel



## **1. A burguesia cafeeira paulista e o movimento republicano: a busca por um governo feito para nós e por nós**

A ideia de um governo republicano no Brasil surgiu na segunda metade do século XVIII, vinda, principalmente, de parte dos filhos das elites locais que estudavam no continente europeu. Sobre influência dos ideais iluministas franceses e do liberalismo professado pelos rebeldes da Revolução Norte-Americana (1774-1783), surgiram movimentos como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), que não conseguiram sair de sua fase conspiratória, sendo delatados antes que a revolta contra o governo português eclodisse.

Com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, fuga da invasão francesa, a colônia, na prática, tornou-se a sede da Metrópole e, praticamente, conquistou a independência política, sendo que ela acabou sendo referendada em 1822. Nessa fase, as elites dirigentes do país, formadas principalmente por proprietários de terras e comerciantes de escravos do Rio de Janeiro, passaram a ser partidárias de um liberalismo econômico adaptado à realidade do país (isto é, aos seus interesses), defendendo a liberdade de comércio conquistada com a abertura dos portos às nações amigas (leia-se Inglaterra), mobilizando-se junto ao Príncipe-regente, D. Pedro I, para garantir que o pacto colonial não fosse restituído. Dessa maneira, essa elite “palaciana” tornava-se monarquista e centralizadora, com o desejo de monopolizar todo o lucro comercial do País recém-independente.

Os ideais republicanos acabaram sobrevivendo nas províncias descontentes com o centralismo monárquico, referendado na Constituição de 1824, com o surgimento do Poder

Moderador (dando amplos poderes ao Imperador); com a falta de qualquer autonomia política das províncias, o que centralizava todas as decisões políticas no Rio de Janeiro; e com os altos impostos cobrados pela Corte. Consequentemente, estouraram diversas revoltas regionais, como a Confederação do Equador (Pernambuco), em 1824, e as do período regencial (1831-1840), como foram os casos da Cabanagem (Pará), Balaiada (Maranhão), Sabinada (Bahia) e Farrapos (Rio Grande do Sul). Todas elas tinham caráter republicano, federalista e liberal, em que os elementos mais radicais defendiam as independências dessas províncias.

O País acabou sendo pacificado nos primeiros anos do governo de D. Pedro II, na década de 1840. Nessa época, o Imperador fez diversos acordos com as elites políticas regionais e nacionais, possibilitando um longo período de estabilidade, que só foi possível com o crescimento econômico iniciado em 1850, decorrente da proibição do tráfico de escravos africanos (que liberou o capital utilizado nesse comércio internacional para investimentos na produção agrícola e em infraestrutura) e do crescimento da produção de café, que se tornou o principal produto de exportação do país, sendo consumido em países industrializados da Europa e nos Estados Unidos, onde eram servidos aos operários nas fábricas para mantê-los acordados em suas longas jornadas de trabalho.

Inicialmente, as lavouras de café floresceram no Vale do Paraíba fluminense. Em pouco tempo, a sua produção se estendeu para São Paulo e Minas Gerais. Na década de 1870, a região do Oeste Paulista já era a maior produtora do país, o que permitiu o enriquecimento de vários fazendeiros da região. Além disso, a produção cafeeira possibilitou uma modernização capitalista da economia da província de São Paulo, com Estradas de

Ferro sendo construídas (com a forte presença de capital inglês), indústrias de beneficiamento de café e as primeiras fábricas.

Contudo, esse crescente poder econômico não representava poder político, o que acabava prejudicando os negócios dos fazendeiros de café. Havia diversos problemas, e a maioria deles decorria da centralização política monárquica. As lavouras de café necessitavam de uma crescente mão de obra, que inicialmente era suprida pelo tráfico interno de escravos, realizado com fazendeiros e comerciantes do Nordeste. Com o tempo, o número de escravos foi diminuindo, principalmente após a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), o que levou os fazendeiros do Oeste Paulista a procurarem novas formas de abastecer as suas lavouras com mão de obra. Muitos começaram a investir na imigração europeia, como os irmãos Martinho e Antônio Prado Júnior (Holloway, 1984). Os governantes da província tentaram auxiliar os fazendeiros na obtenção de mão de obra imigrante, mas eram limitados pela legislação, tendo que esperar pelas determinações do Rio de Janeiro. Outro fator que incomodava<sup>1</sup> os fazendeiros eram os altos impostos cobrados pelo governo central, o que diminuía os lucros paulistas. Para se ter uma ideia, em meados da década de 1870, a província de São Paulo contribuía anualmente ao governo imperial com um montante de 20.000:000\$000 e recebia de investimentos do Rio de Janeiro apenas 3.000:000\$000 (Martins, 2001).

Para piorar a situação, o período de expansão econômica foi paralisado com a Guerra do Paraguai (1864-1870). Durante o conflito, a dívida externa do governo brasileiro com os bancos ingleses aumentou consideravelmente, dificultando novos investimentos no país e desagradando os cafeicultores paulistas que

---

1 A revolta da cafeicultura do Oeste Paulista contra o Império era, acima de tudo, uma revolta anti-tributária.

tanto necessitavam de apoio estatal para ampliar seus negócios. Diante desse contexto, o movimento republicano, que, desde meados da década de 1840, havia praticamente desaparecido da vida política nacional, reapareceu timidamente em 1870.

Descontente com os rumos da política nacional, em que os centros dirigentes dos Partidos Conservador e Liberal pareciam distantes dos problemas vividos na época, um núcleo dissidente do Partido Liberal, liderado por Saldanha Marinho, juntou-se a Salvador Mendonça e ao jornalista Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, e fundou o primeiro clube republicano, lançando na ocasião um pequeno manifesto. O tom desse manifesto é moderado, defendendo a necessidade de uma reforma política que deveria instituir o federalismo e a autonomia das províncias, argumentando que esse tipo de regime traria o progresso ao País:

Neste país, que se presume constitucional, e onde deverão ter ação poderes delegados, responsáveis acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião, esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável [...]. O nosso estado é, em miniatura, o Estado da França de Napoleão III. O dismantelamento daquele país que o mundo está pressionado com assombro, não tem outra origem, não outra causa explicativa [...]. A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime da federação baseado [...] na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses

da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira [...]. Se houver [...] sinceridade ao proclamar a soberania nacional, cumprirá reconhecer sem reservas que tudo quanto ainda hoje pretende revestir-se de caráter permanente e hereditário no poder está eivado do vício da caducidade, e que o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático [...]. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados Americanos [...]. Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira nem provoca adesões. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo (Manifesto, 1970, p. 409-433).

Nesse manifesto, podemos observar a relação que os “republicanos históricos” faziam entre o “atraso” e o Estado monárquico, o qual deveria ser superado com a adoção do regime federalista republicano, que possibilitaria ao País alcançar o progresso. Outros dois aspectos chamam atenção: o primeiro é a referência à queda do regime imperial francês, ocorrida naquele ano e, implicitamente, às convulsões sociais decorrentes de sua queda. Era necessário realizar mudanças “por cima”, antes que as classes menos privilegiadas se revoltassem; consequentemente, haveria um quadro semelhante ao vivido na França na época (Comuna de Paris). O segundo aspecto é a referência de

um isolamento pelo qual o Brasil estaria passando. Os republicanos tributavam ao regime monárquico esse isolamento, pois os governos republicanos da América viam com desconfiança a existência de um Estado inspirado no Antigo Regime, enquanto os países europeus mais conservadores não confiavam em uma monarquia que permitia o funcionamento de um parlamento e de instituições tidas como democráticas. Curiosamente, o fato de sermos um dos poucos países que mantinham o trabalho escravo<sup>2</sup> não é citado como um dos responsáveis por essa situação. Esse esquecimento era providencial, pois, dessa maneira, não afugentaria fazendeiros que temiam uma abolição sem indenizações, algo que levaria muitos deles à falência.

Na época, esse manifesto não teve muita repercussão nos meios políticos brasileiros. O movimento republicano teve um crescimento lento, com mais aceitação nas províncias mais ricas do país (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), atraindo setores de classe média urbana que ambicionavam uma maior participação na vida política e oportunidades de emprego no Estado. No período monárquico, estava circunscrita à participação da aristocracia rural, e a parte da elite rural, principalmente cafeicultores do Oeste Paulista e de Minas Gerais, atraídos pelo federalismo e pela autonomia dos estados, que daria maior liberdade para os seus negócios e diminuiria o valor pago em impostos, gerando mais lucros na venda de sua produção.

Inicialmente, o movimento republicano começou a se organizar em 1872, liderado pelo político e jurista Américo Brasiliense. As reuniões eram realizadas no atual Bairro do Brás, onde surgiram três facções no pequeno e embrionário partido: de um

---

2 O movimento republicano no Brasil era muito ambíguo em relação à questão da escravidão. Uma exceção era o Partido Republicano do Rio Grande do Sul, de orientação positivista, que colocou a abolição da escravidão em seu programa político quando de sua fundação no início da década de 1880.

lado, tínhamos o grupo urbano, formado por advogados e profissionais liberais de classe média, reivindicando que a questão abolicionista fosse colocada no programa partidário; do outro, tínhamos os fazendeiros do Oeste Paulista, defendendo que a abolição só poderia ser pensada depois da adoção de uma política de imigração que abastecesse suas fazendas e substituísse a mão de obra escrava. Ainda havia mais um grupo, formado por fazendeiros conservadores que queriam apenas a adoção do federalismo e defendiam a continuidade da escravidão. O grupo que tinha mais voz era o dos fazendeiros do Oeste Paulista, beneficiados pelo seu crescente poder econômico.

Nessas reuniões iniciais, fundou-se o Clube Republicano da Capital, aglutinador dos clubes republicanos surgidos no interior da província. Essa estrutura foi a gênese do Partido Republicano Paulista, fundado na Convenção de Itu, realizada em 18 de abril de 1873. Na Convenção foram aprovadas algumas determinações para dar forma ao partido, sendo as principais delas:

- 1.** que o partido, de acordo com a forma federativa que devia ser a da República quando se organizasse, não fosse um ramo ou uma seção do Partido Republicano já formado no Rio de Janeiro, mas o Partido Republicano Paulista, dotado de antemão de uma autonomia assemelhada à que caberia às províncias na futura Constituição política do país;
- 2.** que ficasse nomeada uma comissão de três membros para precisar e definir as idéias gerais apresentadas naquela reunião;
- 3.** que a arregimentação geral de todos os aderentes se fizesse em torno do Clube Republicano da Capital, através dos clubes do município (Souza, 2003, n.p.).

Podemos perceber que a questão autonomista era ponto central para a maior parte dos republicanos paulistas; inclusive

eles queriam manter a sua independência perante o Partido Republicano Federal, fundado por Quintino Bocaiúva (posição essa que sempre incomodou aquele que foi um dos autores do Manifesto Republicano, que aspirava à existência de um partido republicano nacional que fizesse frente aos partidos monárquicos).

O PRP elegeu, para a sua Comissão Central, Américo Brasiliense, Campos Salles e Américo de Campos. Os três redigiram um comunicado sobre o que foi deliberado na Convenção de Itu, prevalecendo as posições dos fazendeiros de café do Oeste Paulista. Entre elas: a pregação do ideário liberal-democrático, a defesa do federativismo e da autonomia dos estados e a adoção de uma linha pacífica de propaganda e difusão dos ideais republicanos. Quanto à escravidão,<sup>3</sup> foi adotada a seguinte posição:

sendo certo que o partido republicano não pode ser indiferente à questão altamente social, cuja solução afeta todos os interesses, é mister entretanto ponderar que ele não tem e nem terá responsabilidade de tal solução, pois, antes de ser governo, estará ela definida por um dos partidos monárquicos (Souza, 2003, n.p.).

Adotando esse entendimento pretensamente neutro, o partido evitava a debandada de fazendeiros que ainda tinham sérias dúvidas sobre a questão abolicionista e até mesmo daqueles que defendiam a sua continuação. A autonomia da província lhes era uma questão muito mais importante do que o sofrimento de milhares de escravos. Sobre esse posicionamento, o escritor naturalista Júlio Ribeiro, declaradamente republicano, fez o

---

3 Como a escravidão já era indefensável ideologicamente naquela época, a melhor solução para os escravagistas de São Paulo era pregar a neutralidade ou a abstenção do PRP em relação ao problema.

seguinte comentário: “os republicanos paulistas hão de ser o que sempre foram — escravocratas ferrenhos” (Martins, 2001, p. 65).

O PRP, nos anos que se seguiram até a Proclamação da República, preferiu centralizar as suas ações na propaganda, principalmente entre a própria elite paulista e entre setores da classe média urbana. Sua representatividade era inexpressiva no parlamento brasileiro. Em 1884 (poucos anos antes do golpe do Marechal Deodoro), o Partido havia elegido apenas dois deputados — Prudente de Moraes e Campos Salles — em uma Câmara composta por 125 parlamentares (Martins, 2001). Podemos considerar que o partido era uma agremiação política restrita, que dirigia o seu discurso para um público restrito. Possivelmente essa restrição decorria da própria linha ideológica adotada pela maioria dos cafeicultores paulistas: um liberalismo inspirado pelo darwinismo social, tendo Spencer como um dos intelectuais mais aceitos entre os perrepistas, principalmente por Alberto Salles, irmão de Campos Salles, tido como principal teórico do partido (Carvalho, 1990).

A influência do darwinismo social pode ser percebida na seguinte parte do poema a seguir, denominado *A República e a Monarquia*, de autoria de Campos Salles, publicado no *Almanach Literário da Província de São Paulo*, de 1878, insinuando que a instituição da República no Brasil seria um sinal de progresso:

O eleito do povo é uma esperança.

O herdeiro da Coroa é o acaso

Na Monarquia a prosperidade da Nação, a paz pública e a felicidade comum estão dependentes do caráter do imperante.

Na República a liberdade, fonte perene do progresso social, tem sua melhor garantia na própria índole das instituições.

Para vencer o déspota, é necessário a revolução.

Para remover o presidente da República, basta a eleição (Salles, 1878 apud Martins, 2001, p. 55).

Nesse poema de Campos Salles, podemos perceber também um certo temor quanto ao futuro do país caso a Monarquia continuasse como forma de governo. Boa parte da elite paulista temia que a herdeira do trono, a princesa Isabel, fosse influenciada pelo seu marido, o nobre francês Conde D’Eu, tido nos círculos do poder como um déspota, cuja atuação como comandante das tropas brasileiras na última fase da Guerra do Paraguai ficou marcada pelos crimes de guerra perpetrados a seu mando.

As principais propagadoras do ideário republicano na Província de São Paulo foram a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e a Maçonaria. A primeira, composta por universitários, eram mais radicais e defendia a abolição da escravidão. Realizava comícios em frente à faculdade, onde eram proferidos discursos apaixonados que, muitas vezes, descambavam em discussões com monarquistas, provocando confusões que prejudicavam a imagem do PRP. Com o tempo, o partido tentou distanciar-se desses elementos mais radicais, preferindo concentrar-se na realização de *meetings*, encontros políticos realizados em locais fechados, geralmente frequentado pelas famílias mais ricas da cidade. Esse caráter elitista pode ser percebido na descrição feita pela *Gazeta de Campinas* de uma dessas reuniões, ocorrida em 1882, citada por Ana Luiza Martins:

O recinto do velho São Carlos achava-se decorado com elegância — cortinas, flores, bandeiras de nacionalidades diversas, escudos — em cujo centro havia as iniciais PRVR — Partido Republicano, Viva à República. A platéia foi nivelada ao palco e duas mesas, ricamente adornadas [...] tomavam a extensão

da sala feericamente iluminada a gás, entre profusão de flores [...] apresentando todo um aspecto deslumbrante. Mais de mil pessoas apinhavam-se no recinto [...].

Nesse momento levantou-se uma cortina que cobria imponente alegoria da República [...] fazendo-se ouvir *A Marselhesa* e sendo saudada com indescritível entusiasmo [...]. Erguendo-se então o Dr. Américo Brasiliense brindou a República Federativa do Brasil, sendo estrondosamente correspondido. Muitas senhoras agitavam os lenços e aplaudiam dos camarotes (Martins, 2001, p. 75-76).

A Maçonaria já era conhecida por sua participação em movimentos republicanos/liberais, tanto no exterior (Revolução Norte-americana, Revolução Francesa) quanto no Brasil. Nessa associação, havia espaço para conservadores (é conhecida a participação de D. Pedro II em reuniões maçônicas) e para liberais, sendo estes últimos a maioria. Decorrente dessa predominância, o movimento republicano teve uma boa ascendência nessa associação, que cedeu espaço em seus templos para a organização de clubes republicanos e para gabinetes de leitura, utilizados para alfabetizar parte da população urbana que não teve acesso à educação; a maior parte dos professores, que era republicana, seguiam o lema “*Ilustrar para Libertar*” (Martins, 2001, p. 73-74). Contudo, diferentemente do que Martins (2001) tenta demonstrar em seu estudo, não podemos exagerar a dispersão desse método de propaganda entre a população mais desfavorecida, pois os próprios republicanos não desejavam uma intensa participação popular em seu movimento, já que isso poderia levar a radicalismos exagerados, prejudicando o projeto maior: a chegada ao poder por vias pacíficas.

Essa propaganda, circunscrita às elites, começou a desagradar boa parte dos próprios perrepistas, e alguns começaram a radicalizar seu discurso, defendendo até a independência da província. Em um artigo publicado no jornal “*A Província de São Paulo*”,<sup>4</sup> em 17 de junho de 1887, o autor, identificado apenas como um “separatista republicano”, tece sérias críticas à atuação dos republicanos naqueles últimos dezessete anos:

Para convencerem o povo da necessidade da república federativa, perderam já os republicanos 17 anos desperdiçadamente empregados em conferências longas, em elogios pessoais e em publicações de livros que se dirigem a uma só classe, composta em regra de indivíduos que sabem mais que o autor do folheto. (Aducci, 1999, p. 114)

Porém, esses descontentamentos diziam respeito a uma parcela minoritária do PRP. As crises foram superadas pela capacidade de organização e pela coesão existente entre seus quadros, que, mesmo não concordando com os caminhos adotados por sua direção, acabavam aceitando e lutando em prol da causa maior, que era a instituição de uma República Federativa no Brasil (Carone, 1976).<sup>5</sup>

Contudo, organização e coesão não eram características dos demais Partidos Republicanos no Brasil, principalmente o PR do Rio de Janeiro, que, às vésperas da Proclamação da República, vivia uma grave crise decorrente dos conflitos entre suas várias

---

4 O jornal “*Província de São Paulo*” tinha como redator e coproprietário Alberto Salles, que estava decepcionado com os rumos que o PRP estava tomando e, por isso, aproximava-se do movimento separatista paulista.

5 O autor destaca que o PRP era o partido mais organizado entre os diversos PRs existentes no país, sendo ele um dos responsáveis pela estabilização do regime no Brasil, a partir de meados da década de 1890.

facções (evolucionistas, revolucionários, positivistas, militaristas etc.), enfraquecendo a propaganda republicana na Capital Federal. José Murilo de Carvalho cita uma carta de Campos Salles para Saldanha Marinho (líder do PR carioca), datada de 1887, criticando a atuação desse partido, creditando a ele “o atraso da idéia republicana no Brasil” (Carvalho, 1990, p. 49).

Provavelmente, foi a fraqueza do movimento republicano no Rio de Janeiro que provocou a aproximação dos republicanos da Capital Federal com os militares, os quais se sentiam desprestigiados pelo governo imperial desde o final da Guerra do Paraguai. Os oficiais do Exército e da Marinha esperavam um maior reconhecimento por parte de D. Pedro II e, conseqüentemente, mais participação na vida política do País. Contudo, ao invés do reconhecimento, as Forças Armadas foram jogadas novamente para segundo plano, sendo forçadas pela elite aristocrática rural (principalmente a da província do Rio de Janeiro) a caçar escravos fugidos e a combater quilombos. Essa situação deixava o clima no Exército conturbado, pois, desde o conflito sul-americano, a maior parte da soldadesca era formada por negros que se alistaram para conquistar a sua alforria ou que eram obrigados por seus senhores a lutarem no lugar destes últimos. Além disso, o Parlamento queria que fosse cobrado imposto para os oficiais militares, aumentando ainda mais a tensão. Ao mesmo tempo, era conhecida a posição antimilitarista do Imperador, e muitos consideravam esse ser o motivo principal para que as Forças Armadas não tivessem lugar de destaque na elite política brasileira (Silva, 1975).

Aproveitando-se desse contexto, os republicanos cariocas se aproximaram dos militares, principalmente aqueles ligados ao Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, respeitado por boa parte dos oficiais por causa de sua atuação no Paraguai, conhecido

por suas posições moderadas. Acima de tudo, era um defensor da corporação e de seus interesses, inclusive continuando fiel à monarquia, apesar das divergências. Outro oficial que tinha uma ascendência importante no Exército, principalmente entre os soldados e a baixa oficialidade, era Benjamin Constant. No entanto, ele era visto com desconfiança pelos republicanos liberais (especialmente pelos paulistas), os quais não simpatizavam com seu radicalismo positivista autoritário, que conflitava com o federalismo e a autonomia dos estados preconizada pelos republicanos liberais. Por isso, a adesão de Deodoro era importante para evitar, mais uma vez, radicalismos prejudiciais aos interesses maiores de instituir uma República Federativa. Hesitante, Deodoro aceitou o apoio republicano quando a conspiração já estava em andamento, tendo a promessa de Quintino Bocaiúva de que ficaria com a presidência, o que desagradou boa parte dos militantes do PRP. Muitos apoiaram timidamente o golpe militar de 15 de novembro de 1889 e, ainda assim, foram pressionados pela direção do Partido, que foi pega de surpresa, sendo avisada pelos republicanos da Capital Federal dias antes do ato.

Apesar disso, os republicanos paulistas mobilizaram-se para que o movimento fosse bem-sucedido. Em algumas cidades do interior, eles se anteciparam à confirmação do sucesso da conspiração e tomaram câmaras e prefeituras municipais locais. Contudo, houve uma certa resistência do Presidente da Província, Couto de Magalhães, que se manteve fiel à monarquia; no fim, ele acabou rendendo-se aos fatos e às notícias chegadas do Rio de Janeiro. A princípio, deveria assumir a presidência provisória do Estado de São Paulo um de seus mais antigos líderes, Américo Brasiliense, mas ele recusou o cargo, demonstrando seu descontentamento com a forma adotada para instituir o regime republicano no país, com a clara liderança dos militares. Em seu lugar, assumiu um triunvirato formado por

Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e pelo coronel Joaquim de Souza Mursa (Carone, 1976).

A recusa de Américo Brasiliense foi um sintoma de que os republicanos paulistas, apesar da proclamação pacífica da República, estavam descontentes com o modo utilizado para conquistar o poder político, que na realidade não havia ocorrido, pois a interferência militar era temerária, já que poderia instalar-se uma ditadura militar, algo totalmente indesejável. Muitos “republicanos históricos” não escondiam a sua decepção, como foi o caso de Martinho Prado Júnior, que declarava, para quem quisesse ouvir, que os militares fizeram a República, pois eram poucos civis que tinham abraçado a causa, e, portanto, a propaganda havia fracassado.

Dentro desse contexto, a tarefa do PRP e dos cafeicultores paulistas ainda não havia terminado. Faltava conquistar o Estado, preparar uma República Federal dentro de suas perspectivas e propósitos. É no próximo capítulo que demonstraremos como ocorreram a luta perrepista pelo poder nacional e a instituição da “República de seus sonhos”.



## CAPÍTULO II

# Luta Política

“Aparentemente, toda a história universal só visa a certos objetivos: ao triunfo de um ideário político, à transformação do mundo. Em breve, porém, se percebe que tais objetivos não eram assim tão sérios. Ontem, tinha-se um ideal nobre; hoje, pensa-se de maneira totalmente diversa. E nisto está toda a desgraça.”

Hermann Hesse



Inauguração da Estrada de Ferro Ytuana. Jules Martin, 1873.

## 2. O poder em nossas mãos – a consolidação da hegemonia da burguesia paulista no Estado Republicano

A tática das principais lideranças civis republicanas de se aproximar dos militares para conseguir derrubar a monarquia, apesar de aparentemente bem-sucedida (considerando que foram poucas as reações em apoio à monarquia e ao Imperador), logo iria deflagrar enormes divergências entre os novos donos do poder. Naquele momento, o movimento republicano era um verdadeiro “balaio de gatos”, constituído por tendências divergentes que haviam se aliado para combater o inimigo comum. Além disso, esse diminuto movimento ganhou inúmeras adesões de políticos ligados aos partidos monarquistas (conservador e liberal), que, ao observar o sucesso do golpe, logo aderiram ao novo regime, objetivando não perder seus privilégios e posições políticas.

Entre as facções republicanas que participaram (direta ou indiretamente) do golpe de 15 de novembro de 1889, podemos destacar entre as principais:

- **Militares:** a maior parte deles desejava uma maior participação das Forças Armadas na política nacional; os mais radicais (alguns inspirados pelo positivismo) defendiam a instalação de uma ditadura militar, pois havia uma enorme desconfiança em relação aos políticos civis, tidos como corruptos e preocupados com em seus próprios interesses, deixando de lado os verdadeiros anseios nacionais. Entre os oficiais, aqueles que eram tidos como maiores defensores dos interesses da corporação eram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e o almirante Eduardo Wandenkolk;

- **Positivistas:** inspirados pela filosofia comtiana, faziam da frase “Ordem e Progresso” o seu mote ideológico, defendendo a organização de um Estado forte e centralizado, que garantisse o desenvolvimento e a modernização capitalista nacional. Boa parte de seus seguidores eram militares, inspirados por Benjamin Constant. O movimento era mais forte entre os civis no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em São Paulo, o positivismo era extremamente fraco;
- **Jacobinistas:**<sup>6</sup> Tidos como republicanos radicais, defendiam a instalação de uma democracia mais radical, privilegiando a educação das massas e sua participação na política. A maior parte dos jacobinistas era proveniente da classe média urbana, tendo uma certa presença significativa nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo;
- **Republicanos Paulistas:** Este grupo era formado sobretudo por fazendeiros de café do Oeste Paulista, que defendiam, como principais reivindicações, a instalação de uma república liberal, federativa e descentralizada, inspirada no regime republicano dos Estados Unidos. Pensavam eles que, através desse sistema político, poderiam aumentar o lucro de seus negócios e, dessa maneira, expandirem-no. Essas ideias encontravam ressonância entre as elites oligárquicas de outros estados brasileiros e entre os políticos que aderiram de última hora ao novo regime e queriam manter seus privilégios. Decorrente desses fatores, esse era o grupo que tinha maior poder econômico entre os republicanos e que queria fazer prevalecer essa condição na política

---

6 Representavam o movimento de seguidores mais radicais do governo de Floriano Peixoto a partir do ano de 1893 (ver, por exemplo, o livro de Suely Robles Reis de Queiroz: *Os radicais da República*, assim como o artigo de Wilma Peres Costa: “Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro”).

nacional. Por isso, muitos de seus integrantes acabaram relutantemente apoiando o golpe de 15 de novembro, pois desconfiavam que os conspiradores civis cariocas (liderados por Quintino Bocaiúva) haviam feito muitas concessões aos militares para que eles apoiassem a República. Nessa época, as figuras mais influentes no PRP eram os bacharéis fazendeiros do café Campos Salles e Prudente de Moraes.

Com tantas facções divergentes, era de se prever que logo haveria cisões e disputas pelo poder político, o que começou a ocorrer logo nos primeiros meses de vida do novo regime, cujos conflitos se tornaram públicos devido à própria composição do governo provisório.

Campos Salles era a principal figura política do PRP. Ele era responsável pela estratégia política do partido, além de se revelar hábil em fazer acordos com grupos rivais. Ficou responsável pela pasta da Justiça no Governo Provisório, além de ter o controle da política estadual paulista. Esse controle era demonstrado ao conseguir impor a nomeação dos indicados por ele para governar o Estado, sendo primeiramente Prudente de Moraes, que governou de 14 de dezembro de 1889 a 18 de outubro de 1890, afastando-se nessa data para concorrer nas eleições para a Assembleia Constituinte; e, posteriormente, para suceder a Prudente, Jorge Tibiriçá (Alves, 1986).

A habilidade de Campos Salles foi utilizada pelo Governo Provisório para tentar diminuir o impacto da primeira crise republicana, ocorrida nos primeiros meses de 1890, decorrente do insucesso de uma missão brasileira, liderada pelo Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, nas negociações sobre delimitações de fronteiras com a Argentina, ocorridas em Montevideú. Muitos consideraram que os diplomatas brasileiros fizeram muitas concessões ao país vizinho, o que provocou

agitações, principalmente entre os militares mais radicais. Salles redigiu uma nota em defesa da missão, publicada pelo Diário Oficial, que em parte conseguiu aplacar a revolta:

O tratado assinado em Montevideu pelo sr. Quintino Bocaiuva [...] está de perfeito acordo com o que foi anteriormente resolvido, em conselho de Gabinete, com assentimento unânime dos membros do Governo Provisório. Por uma das cláusulas desse mesmo tratado, ele só será definitivo e obrigatório depois que haja sido ratificado pela Assembléa Constituinte brasileira (Silva; Carneiro, 1975, p. 75).

Posteriormente, esse tratado acabou não sendo ratificado pela Assembleia Constituinte, o que aliviou um pouco as tensões contra o Governo Provisório. No entanto, outros fatores e acontecimentos continuaram a contribuir para a instabilidade política brasileira. Podemos destacar a crise econômica que ficou conhecida por Encilhamento, provocada pelo insucesso da política econômica do ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que procurou estimular a industrialização do país, mas que na realidade gerou uma alta inflacionária, aumento do custo de vida e do aparecimento de empresas fantasmas que acabaram enriquecendo um bom número de falsários. Além disso, os excessos da lei de imprensa, promulgada inicialmente para censurar os jornais fiéis à monarquia, acabam instigando a desconfiança até daqueles que formularam tal lei (caso do referido ministro da Justiça), expressas em jornais paulistas como o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo* e no pedido de demissão de todo o gabinete ministerial do Governo Provisório, em novembro de 1890, que acabou não sendo aceito pelo presidente Deodoro. Na ocasião, Salles fez os seguintes comentários:

Em toda parte há excessos e abusos de imprensa, mas isso não contribui para que ela deixe de ser acatada e respeitada. A luta pelos meios violentos com a imprensa é contrária à opinião universal, porque em toda parte do mundo se procura saber qual o futuro de um país, cujo Governo amordaça a única força de energia que se apresenta para acusá-lo (Silva; Carneiro, 1975, p. 80).

Essa declaração feita por Campos Salles externava as crescentes desconfianças do PRP com os rumos que o grupo ligado ao Marechal Deodoro (associado principalmente ao Exército e, em menor grau, aos positivistas) queria dar ao regime republicano brasileiro. Os oligarcas paulistas temiam não conquistar os seus principais objetivos (descentralização política e federalismo), pois era de conhecimento do meio político que as aspirações do grupo político de Deodoro era manter (ou até aumentar) a centralização política existente nos tempos do Império e fortalecer o papel do Executivo, concentrando a maior parte do poder nas mãos do Presidente da República. Esse temor era aumentado por declarações públicas de ministros positivistas, como Demétrio Ribeiro, que afirmava não haver necessidade de consultar as urnas para comprovar o desejo da opinião pública em ter a continuidade do governo de Deodoro (Carone, 1976).

A partir desses posicionamentos, inicia-se uma campanha pela convocação de uma Assembleia Constituinte e pela legalização do regime, tendo como principais figuras Rui Barbosa, Campos Salles e Quintino Bocaiúva, que argumentavam que o país estava passando por dificuldades de conseguir empréstimos e atrair investimentos por causa de sua instabilidade política e pela inexistência de um governo considerado legítimo e constitucional. Para o sucesso dessa campanha, foi essencial a participação da imprensa liberal paulista e carioca, destacando-se os jornais *Correio Paulistano*, *Jornal do Comércio* e *Rio News*.

Graças à pressão, Deodoro convocou, em 22 de junho de 1890, a realização de uma eleição para a Assembleia Constituinte, tendo como data prevista para sua realização o dia 15 de novembro do mesmo ano, aniversário de primeiro ano da República. Apesar disso, as desconfianças de que ocorresse uma tentativa de golpe continuaram nos meses seguintes, principalmente após a queda de todo ministério do Governo Provisório, ocorrida em janeiro de 1891, provocada pela negativa deste em conceder privilégios a um amigo do Marechal para construção do Porto de Torres, no Rio Grande do Sul. Com a demissão de Campos Salles do ministério da Justiça, a oligarquia paulista estava fora do governo, e a República ainda não era do PRP.

As eleições para a Assembleia Constituinte Federal ocorreram em 15 de setembro de 1890, sob a lei eleitoral denominada *Regulamento Alvim*, que mantém as mesmas características das legislações eleitorais excludentes do Império (Carone, 1976). O sufrágio é universal e direto para todos os homens alfabetizados maiores de 21 anos, sendo o voto aberto e controlado pela *mesa eleitoral* instalada em cada distrito. Além disso, o eleitor tinha que votar em listas de candidatos já pré-definidas, geralmente formuladas pelas oligarquias locais, o que facilitava o controle do voto e, conseqüentemente, viabilizava as fraudes, cujas denúncias foram inúmeras nesse pleito (sendo elas algo sempre presente no período da Primeira República). Esses fatos acabaram desiludindo muitos republicanos que esperavam por mudanças democráticas no regime (principalmente entre os jacobinos) e deixaram a maior parte da população brasileira alheia e desinteressada pelo processo eleitoral e pela elaboração da nova Carta Magna.

A Assembleia Constituinte iniciou seus trabalhos no dia 15 de novembro de 1890, prosseguindo-os até 24 de fevereiro de 1891. Apesar de ter um anteprojeto já pronto (formulado

por Joaquim Saldanha Marinho, Américo Brasiliense, Antônio Werneck, Francisco Rangel Pestana e Magalhães Castro, revisado por Rui Barbosa, e que, grosso modo, sofreu poucas alterações), a Assembleia foi marcada pela disputa política entre os diversos blocos republicanos, cada um defendendo suas posições. O texto aprovado tinha como base as constituições liberais dos Estados Unidos, da Argentina e da Suíça, que estabeleciam o regime de República Federativa e consentiam grande autonomia administrativa para os Estados e municípios. A União ficava responsável pela cobrança de impostos sobre importações, organizar Forças Armadas da Nação, intervir nos Estados em caso de ameaça da ordem e emitir moeda. Os Estados ficariam responsáveis pelas atribuições que não estivessem na alçada da União.

Pelo menos no papel, a oligarquia cafeeira paulista conseguiu seus objetivos; assim, ao ser promulgada a Constituição, o presidente da Assembleia, Prudente de Moraes, fez o seguinte comentário:

A Nossa Pátria, de hoje em diante, tem uma Constituição livre e democrática com o regime de mais larga federação, única capaz de mantê-la unida, de fazer com que possa desenvolver-se, prosperar e corresponder, na América do Sul, ao seu modelo da América do Norte (Carone, 1976, p. 286).

O tom de satisfação no discurso de Prudente de Moraes não revela as agitações que estiveram presentes na Assembleia Constituinte. Sua própria eleição para a presidência da Assembleia revelou a profunda divisão existente entre os republicanos. Candidato pelo PRP, Prudente de Moraes teve que enfrentar a oposição do grupo composto por militares deodoristas, ex-monarquistas e positivistas gaúchos, que lançaram a candidatura de Saldanha Marinho, o qual teve o apoio do Presidente. Apesar disso, o PRP conseguiu derrotar o candidato governista,

contando com 146 votos para a candidatura de Prudente de Morais e com 81 votos para Saldanha Marinho (Silva, 1975).

A proeminência do PRP e a aprovação da maioria de suas propostas pela Assembleia desagradaram a Deodoro, que temia que a autonomia dos Estados e o federalismo radical pudessem minar o poder da União. Além disso, a proposta do grupo deodorista de estabelecer um mandato de seis anos para o Presidente da República foi derrotada, prevalecendo a proposta perrepista de quatro anos de mandato. Aos poucos, o PRP ia se afastando e divergindo da figura do velho marechal, com a qual nunca se simpatizou totalmente.

Quando se iniciaram os trabalhos da Assembleia, o nome de Deodoro tinha a simpatia da maior parte dos republicanos, pois esperavam que ele consolidasse a nova ordem republicana contra eventuais manifestações de simpatizantes do Antigo Regime nacional. No entanto, logo sua imagem começou a desgastar-se devido a fatores como sua intenção de concentrar maiores poderes no Executivo e por ter se aproximado de políticos conservadores que eram considerados monarquistas pelos republicanos, como era o caso do Barão de Lucena, líder do gabinete ministerial a partir de janeiro de 1891.

Essa aproximação desgastou até a simpatia que o Presidente tinha da cúpula do Exército, o que é destacado nessa seguinte afirmação da historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti:

O malogro do governo de Deodoro deve-se, em grande parte, à falta de coesão dos militares quanto à ordenação político-jurídica do Estado e às medidas administrativas imediatas [...] grassava a indisciplina entre os militares: os pronunciamentos de caráter político eram constantes; as ordens, nem sempre cumpridas, provocavam polêmicas; as escolas criticavam

abertamente os atos do governo. Deodoro, de certa forma, passou a representar o continuísmo da política imperial conservadora (Janotti, 2007, p. 128).

É nesse clima instável que a Assembleia Constituinte elegeu o primeiro presidente da República, de forma indireta, no dia 25 de fevereiro de 1891. O PRP lançou a candidatura de Prudente de Moraes para o cargo, enfrentando o Marechal Deodoro, que, apesar do desgaste, ainda tinha a maior parte do apoio do Exército. Para contrabalançar essa influência, Campos Salles procurou aproximar-se do Marechal Floriano Peixoto, que também tinha uma grande influência na corporação e que contestava as práticas políticas de Deodoro.

Temendo uma derrota, Deodoro enviou o seu ministro, Barão de Lucena, para negociar com Campos Salles, prometendo que, caso a candidatura de Prudente fosse retirada, Salles retornaria ao ministério da Justiça e teria carta branca do Presidente para administrar o Estado de São Paulo da maneira que melhor que lhe conviesse. Salles considerou a proposta interessante e se reuniu com outras lideranças perrepistas para discutir o assunto. Argumentando que a candidatura de Prudente dificilmente sairia vencedora e que, caso contrariasse as expectativas, o Exército impediria a sua posse, Salles pediu que a candidatura perrepista fosse retirada.

Essa proposta recebe o apoio de Francisco Glicério, que sugeriu que o PRP compusesse chapa com o Marechal, lançando a candidatura de Prudente para a vice-presidência. Contudo, a maior parte da bancada paulista rejeitou a proposta, enquanto Prudente justificou que não poderia renunciar à candidatura, pois não tinha sido ele que a tinha lançado, mas sim outros deputados que faziam oposição a Deodoro, portanto só eles poderiam retirá-la (Silva, 1975).

Por fim, a candidatura perrepista foi mantida e a agitação no Rio de Janeiro cresceu. Surgiram boatos de que contingentes do Exército e da Marinha sairiam às ruas para defender o Presidente da República (o apoio da Marinha foi costurado através da composição de uma chapa, na qual o almirante Wandenkolk seria o vice de Deodoro). Sob uma enorme pressão, a Assembleia acabou elegendo Deodoro, que teve 129 votos contra 97 de Prudente de Moraes, 3 de Floriano Peixoto, 2 de Saldanha Marinho, 1 de José Higino e 2 em branco (Carone, 1976). Apesar dessa situação, o PRP conseguiu eleger o candidato a vice-presidente apoiado pelo partido, o Marechal Floriano Peixoto, que teve 153 votos contra 57 do almirante Eduardo Wandenkolk (Silva, 1975). Era uma clara manifestação de que Deodoro só obteve sucesso devido à forte pressão exercida contra a Assembleia, demonstrando que o Marechal estava longe da unanimidade e que enfrentava sérias desconfianças, principalmente da oligarquia paulista.

Terminados os trabalhos da Assembleia Constituinte Nacional, era a vez de o meio político elaborar as Constituintes estaduais. As eleições estavam previstas para ocorrer no dia 20 de março de 1891, e o PRP preparava-se para dominar completamente a máquina administrativa do Estado de São Paulo.

O governador Jorge Tibiriçá elaborou a lista de candidatos do PRP para a Assembleia, sendo ela publicada no jornal *Correio Paulistano*, no dia 3 de março. Contudo, Deodoro tinha a intenção de controlar todo o jogo político nacional e enfraquecer as oligarquias estaduais, colocando pessoas de sua confiança para os principais postos estaduais e para elaborar as Constituições estaduais. Contando com a habilidade política do Barão de Lucena, Deodoro conseguiu atrair um grupo de políticos descontentes do PRP, liderados por Américo Brasiliense, cujo relacionamento com a cúpula do partido estava desgastado desde os eventos

de novembro de 1889. Apesar das desconfianças com os militares, Brasiliense não acreditava mais nos republicanos paulistas e achava que somente Deodoro tinha força suficiente para consolidar a República brasileira.

Aproveitando-se da lei que permitia a União interferir nos Estados antes da elaboração das Constituintes locais, Deodoro exonerou Tibiriçá do cargo no dia 4 de março, substituindo-o por Brasiliense, que elaborou uma nova lista de candidatos para a Assembleia, sendo eles dissidentes do PRP, como Rangel Pestana, Cerqueira César e Rodolfo Miranda. Eles formaram um novo partido, que concorreu com o PRP nas eleições. Dessa maneira, os perrepistas perdiam o poder em seu Estado, mas eles confiavam em sua capacidade de organização e de propaganda para voltar ao poder, como fica claro na mensagem enviada por Prudente de Moraes a Jorge Tibiriçá no momento de sua demissão, citada por Edgar Carone: “caiu convosco o Partido Republicano Paulista. Acompanham-vos os aplausos de toda a população desinteressada” (Carone, 1976).

Manifestações foram organizadas para apoiar o ex-governador, mas não houve resultado imediato. As eleições foram adiadas, sendo realizadas no dia 30 de abril, e o PRP conseguiu eleger apenas 1/3 da Assembleia, com a maioria composta por deodoristas. Dessa vez, a “máquina eleitoral” funcionou em prol do Governo Federal, que manipulou as eleições de acordo com os seus interesses (algo em que o PRP também era mestre).

A reação dos oligarcas paulistas foi organizada para trabalhar no futuro Congresso Nacional, que seria formado pela mesma bancada de deputados federais e senadores eleitos para a Assembleia Constituinte. Isso foi possível graças a um estratégia dos constituintes, que, antes do encerramento dos trabalhos, aprovaram a resolução que transformava a Assembleia

em Congresso, o que foi um tremendo golpe para o Presidente-Marechal, que contava com minoria entre os parlamentares. O início dos trabalhos se deu em 15 de junho de 1891, tendo como principais lideranças da oposição Campos Salles, na Câmara dos Deputados, e Prudente de Moraes, no Senado. O PRP, através de Salles, elaborou projetos que desagradavam os políticos conservadores e os militares (que eram a base de apoio de Deodoro), como foi o caso da precedência do casamento civil sobre o religioso e a proibição de se exibir condecorações em desfiles militares (Carone, 1976).

Além da oposição no Congresso, os perrepistas também investiram na propaganda contra o governo. Curiosamente, o principal veículo para as suas manifestações foram jornais monarquistas (que se notabilizaram pela crítica feroz ao regime republicano e aos militares), os quais receberam vultuosas verbas dos paulistas para veicularem violentos ataques a Deodoro da Fonseca (Janotti, 2007).

As disputas entre o Poder Executivo e o Legislativo (sob a liderança do PRP) se tornaram insustentáveis após setembro de 1891, quando fracassaram as tentativas de acordo comandadas pelo Barão de Lucena, que ofereceu cargos para a oposição paulista como forma de apaziguar os ânimos. Contudo, essa tentativa foi mal-recebida pela maioria dos perrepistas, principalmente por Francisco Glicério e por Prudente de Moraes, que achavam a proposta insuficiente para os antigos objetivos que os cafeicultores paulistas ansiavam. Como consequência, os parlamentares lançaram um manifesto oposicionista que vinha nos seguintes termos:

- 1.** diante de um possível fechamento do Congresso, deve-se opor toda a resistência possível, inclusive, o recurso extremo da força material, no empenho de manter a ordem legal e a Constituição;

2. que fosse convocada comissão executiva do partido republicano constitucional para regular os direitos e interesses da oposição parlamentar;
3. que nenhuma conciliação era possível com os membros do atual governo, isto é, [...] não seria lícito, nas condições presentes, aceitar lugar no atual Ministério, por ser isso contrário aos princípios do partido fundado, e prejudicial aos próprios intuítos da República;
4. que fosse prorrogada a atual sessão legislativa, para que fossem votadas várias leis, entre elas as de responsabilidade criminal e de processo do Presidente da República (Carone, 1976, p. 40-41).

Pode-se perceber, principalmente nos itens 3 e 4, ser essa ata uma verdadeira declaração de guerra do Congresso contra o Executivo. A centralização dos poderes nas mãos de Deodoro era considerada inconstitucional e, por isso, pensava-se no pedido de *impeachment* do velho marechal. Este era um momento extremamente delicado para o presidente, pois estava perdendo boa parte do apoio que tinha da cúpula militar. Esta última criticava a atuação de Deodoro no governo e se aproximava do vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, cada vez mais considerado por ela o homem certo para governar o país. Um trecho de uma correspondência feita por Américo Brasiliense para o Barão de Lucena demonstra a gravidade da situação: “a situação do generalíssimo não é a mesma de outros tempos, porque a maioria do exército e toda a armada lhe são contrários” (Silva, 1975).

Para se defender do pedido de *impeachment* que o Congresso movia contra ele, Deodoro tomou uma atitude radical: mandando fechar o Parlamento no dia 3 de novembro de 1891, sendo apoiado por guarnições do Exército que ainda se mantinham

fiéis ao seu governo. No mesmo dia, o presidente lançou um manifesto, que tentava justificar esse ato arbitrário:

Eis aqui o fim a que os acontecimentos e os fatos se dirigem. Lançadas a anarquia política e a anarquia financeira na vida de um povo, este ou torna-se cúmplice da própria ruína, ou reage pela revolução, voltando-se para quem o pode salvar. Conhecida, como está, esta situação anômala, criada pelo Congresso Legislativo a favor dos inimigos da República. Estes aproveitam-se por todos os modos das dificuldades e do pânico geral, para passarem despercebidos e hastearém no meio do clamor público a bandeira da restauração monárquica. Contemporizei até agora. Se na crise em que se encontra a República eu não apelasse para a Nação, dissolvendo como dissolvo o atual Congresso, eu seria um traidor da Pátria [...]. Os discursos do Congresso estabelecem, diariamente, profunda divisão entre os poderes públicos e são verdadeiras armas de guerra contra a República. Não há uma lei votada firmando princípios; há, porém, a lei dos subsídios aumentados em proveito dos próprios que a decretaram, quando, aliás, tratando-se de melhorar a condição do país, eles a tudo se recusavam sob o pretexto de que estamos no domínio da bancarrota. Para evitar todos esses males, resolvo [...] dissolver uma Assembléia que só poderá acarretar ainda maiores desgraças. Assumo a responsabilidade da situação e prometo governar com a Constituição, que nos rege (Silva, 1975, p. 97-98).

Apesar de prometer governar com a Constituição, Deodoro, no decreto que dissolveu o Congresso, deixou claro que, oportunamente, convocaria novas eleições parlamentares, que seriam realizadas sob uma nova legislação eleitoral, “assegurando ao

país plena liberdade nessa escolha” (Carone, 1976), ao mesmo tempo em que atribuía a esse novo parlamento a função de revisar a Constituição promulgada em fevereiro.

Em resposta ao manifesto presidencial, foi redigido um manifesto de autoria de Campos Salles, com 114 assinaturas, denominado *À Nação Brasileira*, condenando o ato autoritário de Deodoro:

O ato pelo qual o Chefe do Estado acaba de dissolver o Congresso Nacional [...] é um atentado de tal ordem que não encontra paralelo na história das crises violentas por que passaram outros povos. Deodoro amargura-se pela liberdade que assumiram os representantes da Nação de não sufragarem unanimemente a sua candidatura ao lugar efetivo de Presidente da República [...] a Câmara nunca foi facciosa, mas altiva e digna. Procurou resguardar a honra de seu mandato perante as invasões do Executivo. Os que compreendem o regime presidencial sabem que a independência do Poder Executivo não exclui a crítica e a fiscalização de seus atos pelo Congresso. Nós, membros do Congresso, dirigimo-nos altivamente aos nossos concidadãos a fim de, neste momento angustioso para nossa Pátria, dizer-lhes que não reconhecemos de modo algum o atentado que acaba de ser praticado contra seus direitos soberanos (Carone, 1976, p. 46).

Tendo o controle da maior parte dos Estados graças à intervenção que realizou antes das eleições para as Assembleias Constituintes Estaduais, Deodoro e seus correligionários subestimaram a capacidade de reação dos parlamentares destituídos e, sobretudo, do PRP, e supervalorizaram a capacidade de repressão dos governos estaduais. Os políticos opositores não foram presos, podendo retornar aos seus Estados de origem,

onde se aproveitaram do fato de o estado de sítio decretado pelo Marechal se restringir à Capital Federal e à cidade de Niterói (na época, capital do Estado do Rio de Janeiro). Puderam assim organizar uma eficiente propaganda contra o Presidente, principalmente no Estado de São Paulo, onde ela foi muito bem-sucedida graças à capacidade organizativa perrepista e ao controle de boa parte dos jornais do Estado.

Na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, vários parlamentares manifestaram sua repulsa ao golpe de Deodoro e o apoio dado a ele pelo governador Américo Brasiliense. Alguns desses parlamentares chegaram a renunciar aos seus mandatos, passando a se dedicar à propaganda contra o governo.

Nos últimos dias de novembro, realizaram-se diversas reuniões clandestinas no Rio de Janeiro, na casa do vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto. Ele recebeu oficiais das Forças Armadas, republicanos históricos e líderes do PRP, que tramaram muitas mobilizações visando minar o governo Deodoro, e boa parte delas se substanciou em motins nos quartéis e em navios da Marinha. Isolado e doente, Deodoro resolveu renunciar à presidência, no dia 23 de novembro de 1891, amargurado com seus aliados de véspera, que o convenceram a participar da aventura republicana.

Enquanto isso, no Estado de São Paulo, Américo Brasiliense e seus correligionários ficaram em maus lençóis. O governo paulista apoiou Deodoro até o fim, mas, com sua queda, ficava impossível manter-se no poder, ainda mais com a aproximação do novo Presidente da República, Floriano Peixoto, com o PRP, substanciada com a nomeação de Francisco de Paula Rodrigues Alves para o Ministério da Fazenda. Ex-monarquista, Rodrigues Alves aderiu ao PRP momentos antes do golpe de 15 de novembro de 1889, sendo uma figura estimada entre os cafeicultores paulistas.

Sem alternativas, Brasiliense renunciou em 14 de dezembro de 1891, passando a se dedicar exclusivamente ao Judiciário.

Apesar da renúncia de Américo Brasiliense, o PRP não conseguiu retomar, de imediato, o poder político no Estado. De início, o governo Floriano preferia nomear um interventor para terminar o mandato, mas essa hipótese foi descartada devido à pressão do PRP, que formou uma Junta Revolucionária composta por Campos Salles, Júlio Mesquita e Bernardino de Campos para assumir as funções do Executivo, mas foram impedidos pelo inspetor da Força Pública, Major Castelo Branco, que preferiu zelar pela legalidade constitucional e permitiu a posse do vice, Cerqueira César, que ficaria à frente do Executivo paulista de maneira provisória.

Contudo, a maioria do Congresso Estadual era composta por partidários de Américo Brasiliense, o que provocou diversos choques e divergências políticas. Em 28 de janeiro de 1892, o Congresso paulista pede o afastamento de Cerqueira César do cargo, alegando que esse havia sido empossado de forma inconstitucional, recebendo o cargo de um major, e não dos parlamentares.

Pressionado, César aproxima-se das lideranças do PRP e, tendo apoio do Governo Federal, promulga um decreto fechando o parlamento paulista e convocando eleições para uma nova Assembleia Constituinte estadual. Realizadas no dia 7 de março de 1892 e sendo totalmente operadas pela máquina eleitoral dos oligarcas cafeeiros, o PRP conquistou grande maioria no Parlamento e nas prefeituras municipais. O poder do PRP passou a ser total com a indicação do nome de Bernardino de Campos para a presidência do Estado, em agosto de 1892.

Com o poder do Estado nas mãos, o PRP, apesar de desconfiar da figura de Floriano Peixoto, visto como alguém que almejava transformar a república brasileira em uma ditadura

militar, apoiou o presidente da República, pois temia pelas várias insubordinações que estavam ocorrendo no País. Havia a Revolta da Armada, motivada pela recusa da Marinha em aceitar Floriano como presidente, já que sua cúpula entendia que, pela Constituição, em caso de afastamento do presidente, deveria ser realizada nova eleição, sendo que essa corporação objetivava lançar o nome do almirante Eduardo Wandenkolk para o cargo, um homem que não simpatizava com a oligarquia paulista, tida por ele como corrupta e incompetente.

Além disso, no Rio Grande do Sul, estourava a Revolução Federalista, onde parte da elite local contestava o nome de Júlio de Castilhos para a presidência do Estado, ainda que ele tivesse o apoio do Governo Federal para continuar no cargo. O governo paulista apoiou as iniciativas do “Marechal de Ferro”, cedendo um bom contingente de sua Força Pública Estadual para combater os revoltosos. Os perrepistas estavam consolidando seu poder dentro do Estado de São Paulo e consideravam prioritário, na época, solidificar as bases da república brasileira e controlar a sua economia antes de assumir, de fato, o poder político.

O PRP, nesse período, começou a considerar a possibilidade de finalmente conseguir a presidência da República. Em abril de 1893, na ocasião em que foi fundado o Partido Republicano Federal (que tinha o objetivo de centralizar a atuação de todos os Partidos Republicanos estaduais), lançou o nome de Prudente de Moraes para a presidência. Contudo, naquela época, muitos desconfiavam que Floriano Peixoto, apoiado pelo Exército e pelos jacobinos, pudesse dar um golpe de Estado e instalar uma ditadura militar no país. Essa desconfiança aumentava com os atos do presidente, que postergava a realização da eleição, utilizando como pretexto a Revolta Federalista, que estava causando instabilidade política no país. A eleição acabou se realizando em 1º de março de 1894, abrangendo todo o país, com exceção dos

estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, locais onde ocorriam os combates da Revolta Federalista, tendo Prudente de Moraes, candidato perrepeista como vitorioso (Carone, 1976). Mesmo assim, o clima de tensão continuou, e a incerteza predominava no campo político. Ela foi desfeita apenas no dia 15 de novembro de 1894, quando Prudente de Moraes assumiu a presidência da República, sem a presença de qualquer autoridade do governo Floriano para lhe dar posse.

Ainda enfrentando a revolta gaúcha, além de encarar a desconfiança das outras facções republicanas, Prudente de Moraes, no início de seu governo, tentou adotar uma posição conciliadora, que pode ser observada no discurso de sua posse:

Cumpre-me neste momento manifestar à Nação quais os princípios e normas que me guiarão no desempenho de honrosa, mas difícil, missão que me foi imposta. O lustro da existência, que hoje completa a República Brasileira, tem sido de lutas quase permanentes com adversários de toda a espécie que têm tentado destruí-la, empregando para isso todos os meios [...]. A vitória da República foi decisiva para provar a estabilidade das novas instituições, que tiveram a defendê-las, a coragem, a pertinácia e a dedicação do benemérito chefe do Estado, auxiliado eficazmente pelas forças militares de terra e mar – fiéis à Constituição [...] – pelo concurso entusiástico da mocidade das escolas, da Guarda Nacional, dos Batalhões patrióticos e da polícia, pela solidariedade unânime dos Estados da União, cujo apoio foi de extraordinário valor. Felizmente, graças à atitude patriótica pertinaz e enérgica do Marechal Floriano Peixoto, secundado pela grande maioria da Nação, parece estar encerrado em nossa Pátria o período das agitações, dos pronunciamentos e das revoltas (Carone, 1976, p. 136).

Essa atitude conciliatória se solidificou na formação de seu primeiro ministério, que teve uma composição heterogênea, com florianistas ficando com as pastas militares e os outros postos ficando com jacobinos, positivistas e republicanos históricos. Contudo, a pasta tida como a mais importante, o Ministério da Fazenda, permaneceu nas mãos dos paulistas, continuando no cargo Rodrigues Alves.

Em agosto de 1895, a guerra civil gaúcha chegou ao seu final. No tratado de paz com os revoltosos, o governo acertou uma anistia restritiva, isto é, nenhum dos líderes revoltosos vai para a prisão, ficando apenas afastados por um tempo determinado de suas funções no Exército nacional. Além disso, líderes da Revolta da Armada, como os almirantes Luís Filipe de Saldanha da Gama e Custódio José de Melo, também conseguem o benefício. Esses atos irritam profundamente as alas jacobina e florianista dos republicanos, que passam a atacar o governo perrequista. Essa agitação estava latente desde o falecimento de Floriano Peixoto, em 29 de junho de 1895, cuja “carta-testamento” é um ataque ao governo oligárquico:

A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos. Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração [monárquica] agita-se em uma ação lenta, mas contínua e surda. Alerta! Pois, a mim, me chamais o consolidador da República. Consolidador da obra grandiosa de Benjamin Constant e Deodoro são o Exército Nacional e uma parte da Armada, que à Lei e às instituições se conservam fiéis [...]; é a Guarda Nacional, são os corpos de polícia da Capital

e do Estado do Rio [...]; é a mocidade das escolas civis e militares [...]; finalmente, é o grande e glorioso Partido Republicano, que tomando a forma de batalhões patrióticos (Carone, 1976, p. 147-148).

Nota-se nesse manifesto que o Marechal credita ao Exército a responsabilidade pela proclamação e consolidação da República, destacando as figuras de Benjamin Constant e de Deodoro da Fonseca (apesar de Floriano e Deodoro divergirem profundamente durante o governo do último). Também valoriza a ação dos jovens militares (positivistas em sua maioria) e dos jacobinos, creditando a eles a defesa do regime (os batalhões patrióticos). Os republicanos paulistas nem são citados como participantes desse processo (apesar de Bernardino de Campos ter cedido contingentes da Força Pública Paulista para a luta no Sul), pois são vistos como negligentes quanto a tomada de ações para impedir o avanço das forças “restauradoras”.

A partir desse momento, o governo de Prudente de Morais foi marcado pelo conflito político entre o PRP (apoiado por militares legalistas e pela maior parte das oligarquias estaduais) contra a aliança (não muito bem firmada) entre as demais alas do republicanismo (florianistas, positivistas, “republicanos históricos” etc.) reunidos no PRF. Foram diversos os incidentes: a doença de Prudente, em novembro de 1896 e a tentativa mal sucedida de golpe feita pelo PRF em apoio do vice-presidente, Manoel Vitorino; rebelião nas Escolas Militares do Rio de Janeiro, liderada por florianistas; o incidente de Canudos, em que a manifestação de sertanejos pobres, sem terra e sem destino, liderados por um fanático religioso, foi tomado por uma revolta monarquista por jornais republicanos, como o *Estado de São Paulo*, auxiliando a acirrar ainda mais os ânimos das diversas alas republicanas e a propagar a ideologia do “darwinismo social” ao

exigir o esmagamento de uma revolta feita por um povo “inferior e atrasado” contra o “inevitável progresso ao qual o Brasil estava destinado”.

O clímax da crise política é o atentado contra Prudente de Moraes, no dia 5 de novembro de 1897, ocasião em que ele recebeu, no porto do Rio de Janeiro, as forças militares que massacraram o arraial de Canudos. O presidente foi salvo pelo seu ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, que acabou falecendo esfaqueado ao salvar a vida do presidente. Após sobreviver ao atentado, a popularidade de Prudente de Moraes aumenta entre vários setores da população (talvez tenha sido o primeiro presidente que teve uma boa aceitação em todas as classes sociais). O estado de sítio foi decretado para combater os autores do atentado, identificados como tendo ligações com o florianismo e o jacobinismo. Diversas figuras ligadas a esses movimentos são presas, seus jornais são proibidos de circular e são fechados pelo governo. Com isso, a oposição ao PRP foi destruída, só reaparecendo na eleição do Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, e novamente tendo uma força considerável na política nacional na década de 1920 (quando houve o movimento tenentista). Nessas ocasiões, velhas divergências foram novamente levantadas.

Com a situação controlada, o PRP escolheu o nome de Campos Salles para a sucessão de Prudente de Moraes, no final de 1898. Na ocasião, era presidente do Estado de São Paulo e uma das principais lideranças do partido desde sua fundação, em 1873. Tido como um político hábil e conciliador, era o nome indicado para consolidar o domínio do PRP na máquina estatal do Governo Federal e de garantir a autonomia do Estado de São Paulo (e de seus cafeicultores) para gerirem seus negócios e aumentarem seus lucros. Salles enfrentou o candidato do PRF, Lauro Sodré, e teve uma tranquila vitória nas eleições realizadas

em 1º de março de 1898. Foram 174.578 votos para o candidato perrepista contra 16.534 votos de Sodré (Carone, 1976, p. 173).

Durante o governo de Campos Salles (1898-1902), foram realizados diversos acordos que permitiram a consolidação dos cafeicultores paulistas no poder. Em primeiro lugar, as finanças do país, abaladas desde a crise econômica que se abatera nos últimos anos da monarquia e que foi aprofundada na crise do encilhamento, começou a ser sanada através de uma moratória da dívida externa conseguida com bancos credores ingleses, que impuseram várias condições para a concessão de novos empréstimos (Carone, 1969). Esse acordo foi benéfico para os cafeicultores paulistas, que puderam obter novos créditos no exterior, mas foi prejudicial para aqueles que procuravam investir na indústria, assim como foi prejudicial para o Estado, que ficou incapacitado em investir na infraestrutura do país (Prado Júnior, 1961).

Com a “estabilidade econômica”, ficou possível realizar um acordo político que finalmente consolidasse o federalismo e a autonomia dos Estados no país, um antigo sonho dos perrepistas. Isso se tornou possível através da “política dos governadores”, acordo idealizado e realizado por Campos Salles. O presidente temia que a rivalidade entre o PRP e o PRF enfraquecesse moralmente o regime republicano e que, inclusive, pudesse provocar o risco de uma guerra civil. O acordo previa que os parlamentares eleitos votariam de acordo com os projetos do Executivo, sendo que, em troca, o Governo Federal não interferiria na política regional dos Estados. Tal acordo beneficiava os líderes estaduais, que, tendo o controle das listas de candidatos, conseguiriam eleger aqueles que mais fossem convenientes aos seus interesses e acabariam afastando qualquer tipo de oposição a esses oligarcas. O acordo deu uma feição autoritária à República, apesar de Salles justificar essa atitude como fundamental para a consolidação da república e da democracia:

Cresciam [...] as minhas apreensões e receios acerca das dificuldades que provavelmente surgiriam na composição da nova Câmara. Os ressentimentos, quase abafados, não estavam, todavia, completamente extintos até esse momento, e cada um dos grupos se dispunha a disputar, com encarniçamento, a posse, pelo menos, da futura maioria, para implantar a sua política. Entendi que não era lícito assistir indiferentemente a essa luta, cujos resultados poderiam acarretar a ruína moral da República, e resolvi, conseqüentemente, intervir, adotando medidas preventivas. Dirigi-me, para esse fim, aos governos dos Estados, onde iniludivelmente reside a verdadeira força política nesse regime (Teixeira, 1984, p. 303).

Essa política desagradou muitos republicanos que ainda tinham ilusões quanto ao caráter democrático/liberal que esse regime poderia adotar. Um deles foi o próprio irmão de Campos Salles, Alberto Salles, ex-teórico do PRP. Durante o ano de 1901, ele escreveu diversos artigos atacando o governo do irmão, afirmando que o regime republicano brasileiro estava conseguindo a proeza de ser mais despótico e corrupto que o Segundo Reinado, a quem os republicanos creditavam a existência da corrupção e o atraso que o país tinha perante as principais potências econômicas da época (Carvalho, 1990).

Para a sucessão, Campos Salles pensou em um nome que pudesse continuar com a consolidação do domínio do PRP no campo político nacional e que fosse conhecido pela sua capacidade administrativa. O escolhido foi o ex-ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, que não foi muito bem aceito pelos “republicanos históricos” do Rio de Janeiro, devido ao seu passado monarquista. Os cariocas lançaram Quintino Bocaiúva como candidato oposicionista. Contudo, a eleição foi decidida em mais

um dos acordos políticos costurados por Campos Salles. O presidente buscou apoio do segundo estado mais rico do país, Minas Gerais, para a candidatura de Rodrigues Alves. Os oligarcas mineiros aceitaram, sob duas condições: i) que fosse lançado como vice-presidente da chapa paulista o então governador mineiro, Silviano Brandão; ii) que os oligarcas mineiros escolhessem o candidato que encabeçaria a disputa à presidência em 1906, com o apoio do PRP. Dessa maneira, foi criada a “política do café com leite”, denominada dessa maneira devido aos produtos de maior produção nesses estados, sendo o café em São Paulo e o leite em Minas Gerais. Tal acordo foi caracterizado nas seguintes palavras do então presidente:

Parece oportuno tratar da escolha do meu sucessor, a fim de poder entender-se com alguns membros do Congresso. [...] Sei que Rodrigues Alves encontra o seu apoio e estou em pleno acordo na indicação deste nome, que considero competente no duplo ponto de vista político e administrativo, e faço por ele decidido empenho [...], mas tenho motivos para acreditar que Minas só aceitará a combinação em que entrar também um mineiro, e, para evitar embarços, julgo conveniente indicar Silviano para vice-presidente, assegurando assim apoio decisivo daquele grande Estado (Teixeira, 1984, p. 303).

Inicialmente, a “política do café com leite” é totalmente bem-sucedida. Tendo o apoio das oligarquias de quase todos os Estados da União (com exceção dos estados do Amazonas, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro), Rodrigues Alves e Silviano Brandão são eleitos para seus respectivos cargos com 316.248 e 307.997 votos, contra 23.500 e 20.603 votos de Quintino Bocaiúva e Justo Chermont (Carone, 1976).

Dessa maneira, Campos Salles completou a sua obra de organizar o Estado de acordo com os interesses dos cafeicultores paulistas; saneou e estabilizou a economia, mas a um custo social enorme. Terminou seu mandato extremamente impopular, sendo creditado, à sua política econômica, o aumento da carestia e do custo de vida da população mais pobre. Porém, não foi para eles que governou, mas sim para a maior parte da elite paulista, ligada ao PRP, que, após a posse de Rodrigues Alves, em 15 de novembro de 1902, recebeu Campos Salles de volta a São Paulo com uma festa organizada por Bernardino de Campos, contando com cerca de 25.000 pessoas, que saudaram entusiasmadamente o ex-presidente, enquanto, no trajeto entre a estação de trem e o local da confraternização, uma multidão de populares o vaiava (Carone, 1976).

Foi por meio dessas duas políticas traçadas por Campos Salles que o PRP se manteve à testa da República. A “política do café com leite” movimentou-se com a eleição do mineiro Afonso Pena para a sucessão de Rodrigues Alves, e foi graças às medidas tomadas por seu governo após o Convênio de Taubaté (1906) que os cafeicultores passaram a contar com a assistência estatal para evitar prejuízos em momentos de crise do mercado cafeeiro mundial.

Contudo, devido a disputas políticas entre os oligarcas mineiros, momentaneamente essa política foi colocada em xeque, com a eleição do Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, com o apoio da oligarquia gaúcha, comandada por Pinheiro Machado. Os paulistas temeram, por um curto período, perder a sua supremacia política. De fato, o governo de Hermes tentou tornar o país um pouco menos dependente do café, aproveitando-se dos lucros que o “ciclo da borracha” na Amazônia proporcionava. Porém, a borracha brasileira foi logo suplantada pelas

seringueiras das colônias inglesas na Ásia (Cingapura, Malásia) e a economia ficou, novamente, totalmente dependente do café; consequentemente, não havia condições materiais para colocar o PRP e os “barões do café” em segundo plano na política nacional. Com isso, após o governo de Hermes da Fonseca, o revezamento São Paulo/Minas Gerais é retomado, sucedendo-se o mineiro Wenceslau Brás (1914-1918); novamente Rodrigues Alves, que faleceu antes de tomar posse; e o paraibano (apoiado pelo PRP) Epi­tácio Pessoa (1918-1922).

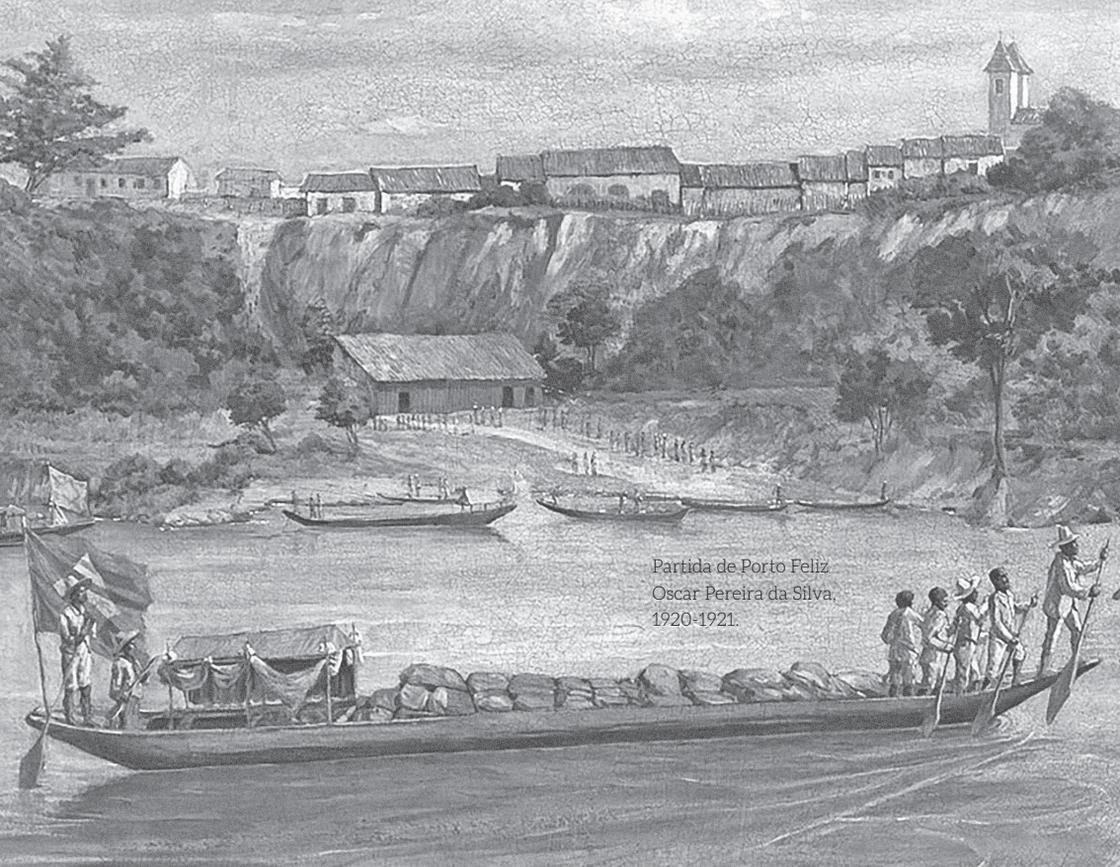
Com o poder político-econômico nas mãos, o PRP e a elite que o apoiava nunca se preocuparam em justificar ideologicamente seu domínio (ou a predominância de seu Estado) perante o resto do país. Os acordos políticos lhe bastavam. Contudo, a partir da década de 1920, o domínio do PRP passou a ser contestado tanto nacionalmente (principalmente entre oligarcas gaúchos e nordestinos, além da crítica vinda de militares de baixa patente, os tenentes) quanto dentro do próprio Estado de São Paulo (surgimento do Partido Democrático, o movimento artístico/cultural modernista), o que motivou o partido a montar ideologicamente um imaginário da participação paulista na formação e na consolidação da construção da Nação Brasileira, para dessa maneira justificar esse domínio.

## CAPÍTULO III

# Construção Ideológica

“Arte não é adorno, palavra não é absoluta, som não é ruído, e as imagens falam, convencem e dominam. A esses três poderes-cidadão não podemos renunciar, sob pena de renunciar à nossa condição humana.”

Augusto Boal



Partida de Porto Feliz  
Oscar Pereira da Silva,  
1920-1921.

## 3. As diversas construções ideológicas

### 3.1 A construção da ideologia da hegemonia paulista perrepista

Nos capítulos anteriores, vimos como se deu a luta política do PRP para conquistar o domínio da política brasileira e conseguir utilizar o Estado como meio para atingir maiores lucros no negócio que tornara possível o progresso de São Paulo: a cafeeira. No capítulo atual, iremos focalizar as estratégias que os políticos do PRP utilizaram para justificar a predominância política e econômica paulista perante o restante da Nação.

Antes, devemos lembrar que os próprios republicanos procuraram utilizar diversas estratégias para justificar a mudança de regime ocorrida no golpe de 15 de novembro de 1889. Os republicanos tiveram como principal problemática o fato de que o ato<sup>7</sup> da Proclamação foi quase exclusivamente militar, sendo mínima a participação de republicanos civis (sejam eles perrepistas, jacobinos, “republicanos históricos” ou positivistas) e praticamente nula a participação popular.

Segundo José Murilo de Carvalho, diversos intelectuais tentaram legitimar a existência do novo regime perante uma população que, em sua grande maioria, esteve à margem dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889. Boa parte deles era positivista, admiradores do filósofo francês Augusto Comte, que foram responsáveis pela criação de símbolos nacionais e pela introdução do culto a “heróis” republicanos (como foi o caso de Tiradentes). Além disso, proclamavam a quatro cantos que o país, finalmente, superaria o atraso que tinha perante outras nações que adotavam o regime republicano, como eram os casos

---

7 O protagonismo militar na derrubada da monarquia teria um papel central nos debates políticos e ideológicos sobre a Proclamação da República.

da França e dos Estados Unidos. Contudo, o próprio caráter do novo regime, que fez poucas mudanças importantes (principalmente no campo social), privilegiando as oligarquias regionais e reprimindo qualquer movimento social que pusesse em perigo a ordem (como foi o caso de Canudos, em 1897), contribuiu para a não assimilação, por parte das camadas menos favorecidas da sociedade nacional, das propostas de construção de um imaginário republicano.<sup>8</sup>

Quanto aos republicanos paulistas, desde os primeiros anos de atividade do PRP, eles tiveram um grande desafio: o de justificar a predominância do Estado de São Paulo no movimento republicano nacional. Com certeza, os militantes mais ricos do movimento republicanos eram os cafeicultores do Oeste Paulista, cujo produto era o principal do país no mercado internacional. Contudo, a então província paulista não tinha uma tradição republicana forte, diferente de outras localidades com Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, que, no decorrer dos períodos colonial e monárquico, tiveram importantes lutas pelos ideais federativos e republicanos.

Diante dessa problemática, teóricos perrepistas se debruçaram para superar esse embaraço. Em 1878, Américo Brasiliense publicou o livro *“O programa dos partidos e o Segundo Império”*, em que o autor traçou uma trajetória do movimento republicano brasileiro, que segundo ele teria se iniciado em 1817, com a Revolução Pernambucana (nota-se que Brasiliense “esqueceu-se” da Inconfidência Mineira, apesar de alguns de seus colegas de partido, como Campos Salles, serem admiradores de Brasiliense, chegando até terem um quadro representando sua

---

8 O fracasso da tentativa de uma construção de um imaginário republicano no Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro é tratado em Carvalho (1990).

figura em seu escritório). Outros movimentos também são citados, como a Confederação do Equador, a Revolução Farroupilha, a Sabinada etc. Por fim, o autor reconhece que, em seu Estado natal, não houve movimentos republicanos de igual importância. Entretanto, para contrabalançar essa afirmação, destaca o “*espírito independente e ativo*” paulista, traduzido em suas reivindicações por maior autonomia administrativa, principal pressuposto perrequista. Nas palavras de Brasiliense:

[E]m seu passado se encontra uma série de fatos, revelando a altivez e independência do espírito paulista, o entusiasmo pelos princípios liberais e, notavelmente, uma expansão da vida municipal, fecunda em benefícios e admirável, relativamente, aos tempos que eram de pouca ilustração pública [...] não se prendiam as municipalidades às considerações de hierarquia administrativa, não perdiam o tempo em consultas às autoridades superiores, não pediam a estas as inspirações para um bom procedimento. Elas por si mesmo estudavam as necessidades locais, tomavam as providências, e faziam o que julgavam de mais utilidade aos municípios (Souza, 2003).

Além da obra de Américo Brasiliense, a cúpula do PRP também investiu na criação de uma memória iconográfica, especialmente retratos dos principais líderes partidários, como Prudente de Moraes, Campos Salles, Bernardino de Campos, entre outros. A maior parte desses quadros foi feita pelo pintor José Ferraz de Almeida Júnior, sendo produzida entre as décadas de 1880 e 1890.

O trabalho das pinturas foi remunerado, não sendo elas obras artísticas “engajadas”. Na realidade, esses quadros, originalmente, foram feitos com o intuito de comporem um memorial do PRP, no qual seriam expostos documentos importantes

para a construção de sua história. Esse memorial deveria seguir os moldes dos templos positivistas (que eram razoavelmente numerosos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, sendo locais de preservação da memória dos movimentos republicanos locais), que, além de preservarem a história, tinham o objetivo “didático” de ensinar a população sobre a “verdade” histórica de um “grande acontecimento” para o país.

Contudo, tal projeto perrepista acabou só saindo do papel alguns anos depois, na década de 1920. Provavelmente, essa demora justifica-se pelo perfil<sup>9</sup> dos políticos representantes da oligarquia paulista, que se ocuparam, primeiramente, com “questões práticas”, como a conquista e a estabilização de seu poderio político e a luta para manter o poderio econômico, o que colocava a ideia de construir uma “ideologia do poder paulista” em segundo plano.

Mesmo assim, o pensamento de que São Paulo (principalmente os cafeicultores) era responsável pelo progresso de todo o país esteve presente nos pensamentos dos republicanos paulistas. Esse pensamento pode ser facilmente percebido em um pronunciamento feito pelo deputado Júlio Prestes na Assembleia Legislativa, em 1909<sup>10</sup>:

Estamos legislando para a classe de agricultores que constitui toda a vida, toda a riqueza, toda a prosperidade do nosso país, que vem honrando nossas tradições, formando a nossa nacionalidade (Rosa, 1990, p. 89).

---

9 As elites dirigentes da Primeira República, sobretudo a partir de 1894, descuidaram da doutrinação das massas, e o seu projeto político era abertamente elitista.

10 Naquele ano, a hegemonia paulista foi contestada nacionalmente pela primeira vez desde a presidência de Campos Salles (1898-1902), com a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República.

Pode-se notar que, além de assumir que o jogo político privilegiava apenas uma pequena elite político-econômica-social do país, Júlio Prestes colocava essa classe como responsável pela construção de uma “identidade nacional”; mas que “identidade” seria essa? Em um país em que a noção de regionalidade prevalecia sobre a de nacionalidade, como se poderia fazer tal afirmação? Talvez, os interesses da elite política paulista fossem submeter os interesses nacionais aos interesses dos cafeicultores, o que pode ser resumido na máxima “se é bom para o café, é bom para o Brasil”.

### **3.2 Construção historiográfica de Affonso de Taunay**

Foi por meio desse pensamento, em que a personificação do Estado de São Paulo em sujeito histórico servia para justificar a sua predominância política e econômica, que novamente ganhou força o projeto de construir subsídios ideológicos desse domínio, a partir dos últimos anos da década de 1910. Nesse período, inicia-se a construção de uma “História Paulista”, sendo um de seus principais articuladores o historiador Affonso de Escragnolle Taunay.

Taunay começou a marcar seu nome ao ser nomeado diretor do Museu Paulista, em 1917, realizando grandes modificações nessa instituição, cujas instalações começaram a ser construídas em 1885, próximo às margens do rio Ipiranga, ainda no período Imperial, com o intuito de eternizar o nascimento do então regime político vigente. Inaugurado em 1895, foi transformado em um museu de zoologia e história natural pelo regime republicano, dentro do ideário cientificista/darwinista da época, na qual se valorizavam as ciências naturais.

Durante sua administração, Taunay mudará o enfoque central da instituição, dando ênfase à história, principalmente ao ideário de nascimento e construção da Nação. Essa construção seria creditada aos paulistas, principalmente aos bandeirantes,

“antepassados” dos cafeicultores, sendo eles apresentados como os grandes responsáveis pela expansão territorial da então colônia lusitana nos séculos XVII e XVIII, o que teria permitido ao país ter uma grande extensão, quase continental.

Nessa construção, o caráter de “caça ao índio” foi minimizado, valorizando-se a exploração dos metais preciosos, que levaram os paulistas a territórios espanhóis os quais foram anexados por Portugal. Curiosamente, Taunay pouco havia pesquisado sobre a história paulista antes de ser contratado pelo museu (Morettin, 1998).

A atuação de Taunay, sintonizada aos ideários positivistas de educação das massas através do culto a história e aos seus heróis (a presença de quadros que “retratam” os acontecimentos históricos, como “Independência ou Morte” de Pedro Américo), na sacralização da figura feminina (a presença de pedaços das mexas de cabelo das ex-esposas de D. Pedro I, as “mães” da Nação Brasileira) e no culto aos bandeirantes (estátuas de Fernão Dias Paes e Antônio Raposo Tavares, tratado nas inscrições desses monumentos como “desbravadores e descobridores do Brasil”), teve todo respaldo da elite oligárquica paulista, desejosa de um respaldo ideológico à sua dominação político-econômica do Brasil, em um período em que esse domínio começava a ser questionado pelas demais oligarquias brasileiras.

É curiosa a utilização de um estratagema positivista pelos paulistas para consolidarem seu poder ideológico, pois os perre-pistas, nos primeiros anos da República, eram avessos aos positivistas, cujas ideias não se conciliavam com as aspirações federalistas dos paulistas. Além disso, o positivismo<sup>11</sup> nunca foi uma

---

11 O positivismo era politicamente mais forte em províncias como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e o Pará. Uma das poucas lideranças políticas positivistas em São Paulo foi Luís Pereira Barreto, que, durante a crise de 1891-1892, foi um opositor do PRP.

força ideológica considerável em São Paulo. Talvez essa predominância se deva à figura de Taunay (apesar de não haver referências de se ele tinha alguma simpatia pelo positivismo) ou ao reconhecimento da elite política de que os *métodos* positivistas de mexer com o imaginário da população eram válidos (o que não significa uma simpatia pela *ideologia* positivista).

Além disso, devemos considerar o contexto político da época, principalmente o do ano de 1922, ocasião em que o Governo Federal era exercido pelo paraibano Epitácio Pessoa, eleito em 1919 com o apoio do PRP por sugestão da oligarquia mineira. Na ocasião, o PRP não tinha um nome nacionalmente forte para concorrer ao pleito, visto que o presidente que havia sido anteriormente eleito (Rodrigues Alves, em 1918) falecera antes de tomar posse do cargo, o que obrigara (conforme o estabelecido pela Constituição de 1891) a realização de novas eleições presidenciais

Como lembrou Edgar Carone, era um momento de transição no PRP, sendo que “a velha geração – Campos Salles, Rodrigues Alves [...] já tinha desaparecido e a nova [...] começa a se firmar” (Carone, 1976, p. 320). Contudo, apesar de ter tido o apoio do PRP, Epitácio Pessoa tentou adotar uma posição de neutralidade perante os grandes líderes da política nacional, desagradando os perrepostas, sobretudo a partir de 1920, quando o Governo Federal, com o intuito de combater a crise financeira pela qual o país passava, começou a tentar criar novos impostos para serem cobrados do Estado, um fato considerado um atentado ao regime federativo vigente.

Por causa desses confrontos, a comemoração do Centenário da Independência acabou se tornando um dos palcos para essa divergência. O Governo Federal planejava realizar uma festa com toda a pompa e cerimônia que a ocasião exigia, mostrando a grandeza e o progresso que o país estava alcançando. Por determinações do presidente Epitácio, as comemorações se

concentraram no Rio de Janeiro, na então Capital Federal, não dando nenhum suporte governamental a festividades realizadas em outras localidades do Brasil. A elite de São Paulo tomou esse ato do presidente como uma afronta ao Estado mais rico e importante da República Brasileira, pois foi em seu território que o “Grito de Independência” de D. Pedro I foi dado. Nessa época, a presidência do Estado era exercida por Washington Luís, que, além de político e advogado, também era historiador. Luís tinha ambições de alcançar a presidência da República (o que ocorreu em 1926) e achava que poderia utilizar o incentivo à preservação (construção) da história para ganhos políticos.

Destinando altas verbas para a comemoração do Centenário da Independência, o presidente estadual, com o intuito de rivalizar as festividades ocorridas no Rio de Janeiro, tornou possível para Taunay organizar o Museu Paulista para as festividades do Centenário. Nessa ocasião o “Museu do Ipiranga” ganhou a forma que o tornou popular, o “grande mestre da história brasileira”. Os anseios de seus idealizadores foram bem-sucedidos, pois foi dali que nasceu o imaginário da Independência (simbolizado pelo famoso quadro de Pedro Américo) e da “grandeza” bandeirante paulista, assimilada pelas grandes massas que ainda frequentam o “santuário da Nação” todos os anos, principalmente em 7 de setembro.

Nos anos seguintes, Taunay continuou seu trabalho de construção da história paulista. O governo paulista, entusiasmado com a boa repercussão dos eventos do centenário, resolveu retomar o antigo projeto perrepista de fundar um museu que resgatasse a memória<sup>12</sup> histórica do partido, incumbindo Taunay

---

12 O peso da rebelião tenentista na construção de uma memória oficial. Vale para o republicanismo paulista, assim como também para o culto a Caxias no Exército: Caxias (falecido em 1880) se tornou o Patrono do Exército durante as revoltas tenentistas, como instrumento ideológico para afirmar a hierarquia e a disciplina e combater a subversão na corporação.

para a função de organizar esse museu. O local escolhido para acolher esse museu foi a cidade de Itu, e essa escolha se deveu a dois motivos: o primeiro deles deve-se ao fato de ter-se realizado ali a primeira convenção republicana no Estado de São Paulo, ocorrida em 1873, ocasião em que foi fundado o PRP. Na realidade, o museu republicano, antes de tudo, deveria ser um memorial perrepeista, valorizando o papel do partido na construção da República Brasileira. Em relação ao segundo motivo, Itu era conhecida como uma das “cidades bandeiristas”, fundadas pelos exploradores dos séculos XVI e XVII, sendo o local um dos centros onde eram organizadas bandeiras que partiam para o interior do país em busca de índios e metais preciosos, tanto que Itu era conhecida como a “boca do sertão” (Souza, 2002). A ocasião era propícia para tal empreendimento, pois 1923 foi o ano do cinquentenário da Convenção de Itu, e a ocasião deveria ser lembrada com toda pompa e circunstância, ainda mais em um período conturbado, de contestação ao poder dos oligarcas tradicionais regionais, principalmente as de São Paulo.

Para tornar o museu realidade, Taunay baseou-se no já citado livro de Américo Brasiliense para montar o memorial, enfatizando a “*tradição republicana federalista paulista*”. O evento de inauguração teve a presença do próprio presidente do Estado e idealizador desse “resgate” histórico, Washington Luís, que fez um discurso enfatizando o republicanismo paulista e a “*nobre origem*” de seus primeiros militantes:

Neste dia em que se contam cinqüenta anos de memorável reunião, nesta mesma casa, nesta terra sagrada de Itu, diante de veneráveis sobreviventes dessa Convenção, diante de seus continuadores, acorridos de todas as partes do Estado, de todos os municípios de São Paulo, onde palpita vivo e duradouro o ideal

republicano, é bem natural essa emoção. Emoção que se transforma em conforto moral ao ler as assinaturas que subscreveram a ata da Convenção de Itu, ao encontrar nelas nomes patrimoniais da história de São Paulo, desde os primeiros tempos da capitania de São Vicente. Pertencem eles às primeiras famílias paulistas pela sua educação, pela claridade de sua prosápia, pela riqueza de seus haveres, pelas tradições sempre renovadas da participação na governança da terra, pela independência de seus caracteres, pela aspiração de seus ideais magníficos, pela abnegação de seus firmes propósitos (Luís, 1923).

O discurso de Washington Luís enfatizou a *grandeza natural* das famílias tradicionais paulistas, destacando o espírito nobre e de bravura de seus antepassados, responsáveis pela grandeza do Estado de São Paulo, que tinham a *missão natural* de conduzir todo o país e levá-lo ao progresso. O *espírito livre* dos paulistas era responsável pela introdução e pela manutenção da autonomia e do federalismo no país, ingredientes que, segundo eles, eram essenciais para conquistar um lugar de destaque entre as demais nações republicanas.

Entre os anos de 1924 e 1930, Taunay realizou pesquisas diversas sobre o bandeirismo paulista, sempre valorizando a atuação dos bandeirantes e a grandeza inerente de seus descendentes. Essa pesquisa ganhou a forma dos seis primeiros volumes daquela que é tida como sua principal obra historiográfica: a *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Essa obra ainda teria mais quatro volumes, que foram lançados nos anos de 1936 e entre os anos de 1946 e 1950. Curiosamente, a maior parte dessa obra foi escrita no período final do domínio político do PRP, tanto na esfera estadual quanto federal, e o historiador utilizou-se de um longo período de tempo para completar a sua obra,

justamente o período em que a elite paulista perdeu a hegemonia política brasileira (mas não a hegemonia econômica).

Assim como a hegemonia do PRP em todo o país e no Estado de São Paulo começou a ser questionada, a construção ideológica da história e da cultura promovidas por essas elites não tinha ressonâncias diante de uma nova geração de intelectuais que estavam antenados às novas tendências de vanguarda artística europeias. Eles questionavam a “racionalidade” e a “formalidade” positivista; acreditavam que não havia mais lugar para esse tipo de pensamento em um mundo que havia sido quase destruído em uma Guerra Mundial em que morreram milhões de pessoas em nome da racionalidade e do progresso do mundo capitalista/burguês/industrial. Assim, procuravam novas análises e linguagens para interpretar o mundo.

No Brasil, esta tendência artística/cultural mostrou a sua cara no mesmo ano da celebração do Centenário da Independência. A Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, teve o mesmo apoio governamental que teria a celebração do Centenário da Independência, ocorrida meses depois, mas não teve o mesmo sucesso de crítica da celebração do Museu Paulista. A plateia, formada majoritariamente pela burguesia e pela oligarquia paulista, não tomou gosto pelas novidades artísticas. Encararam-nas como um deboche, uma piada de mau gosto, uma afronta à “verdadeira arte”.

Os artistas modernistas demoraram a ter alguma relevância no mundo das artes no Brasil, sendo muitos deles obrigados, por questão de sobrevivência, a continuar trabalhando com os padrões e gostos da elite tradicional. Este foi o caso da pintora Tarsila do Amaral, que fez alguns retratos academicistas de “republicanos históricos” para o Museu Republicano de Itu.

### 3.3 Crítica modernista de Mário de Andrade

Revoltado com esse contexto, um dos principais artistas do movimento Modernista, o escritor Mário de Andrade, que foi um dos mais vaiados durante a Semana de 1922, resolveu externar seus ressentimentos sob a forma de um pequeno ensaio, lançado ainda naquele ano. Esse ensaio expressava sua mágoa e, ao mesmo tempo, criticava a elite oligárquica paulista, atacando principalmente a mentalidade arcaica que ela apresentava.

“As Enfibraturas do Ipiranga”, um “oratório profano” que passou despercebido pela crítica literária da época, deu mais destaques a outras obras do autor, como a “Paulicéia Desvairada”. Nas “Enfibraturas”, Mário de Andrade faz uma disfarçada citação aos dois eventos (A Semana de Arte Moderna e ao Centenário da Independência), e nessa “ópera” há um confronto entre os “Orientalismos Convencionais” (poetas parnasianos, intelectuais positivistas) e “As Juventudes Auriverdes” (artistas modernistas). Os primeiros, defensores do tradicionalismo, do formalismo nas artes, da função didática das formas de cultura (entre elas, a história). Os segundos, jovens artistas em busca da verdadeira “brasilidade”, defensores de uma “arte pela arte”, sem uma função didática específica, e avessa a qualquer tipo de formalismo que possa atrapalhar a criatividade artística.

Além deles, a “ópera” conta com outros “artistas”: temos “As Senectudes Tremulinas”, que representam a burguesia paulista, apreciadora dos “Orientalismos Convencionais”, consumidoras da arte e da cultura convencional, tradicional, que rejeitam qualquer tipo de novidade que possa alterar o seu *status quo* e sua maneira de observar o mundo. Temos também “Os Sandapilários Indiferentes”, formados pelo proletariado e pela população pobre, objetos das duas correntes de artistas, mas que permanecem totalmente indiferentes a qualquer forma de arte elitista, pois não

conseguem compreendê-la. Por último, temos “A Minha Loucura” representando as divagações e os anseios do escritor da obra.

Mário de Andrade “escolheu” como palco da encenação do “espetáculo” o Vale do Anhangabaú, no centro da cidade de São Paulo, local onde pessoas de todas as classes podem transitar, diferentemente do Museu Paulista e do Teatro Municipal, locais que na época eram frequentados apenas pela elite, pelas classes mais abastadas. O final da ópera é curioso e reflete a opinião que os artistas modernistas deveriam tomar diante da rejeição de sua produção artística:

As Juvenilidades Auriverdes e Minha Loucura adormecem eternamente surdos; enquanto das janelas dos palácios, teatros, tipografias, hotéis — escancaradas, mas cegas — cresce uma enorme vaia de assovios, zurros e patadas (Andrade, 1972, p. 64).

Consideramos que essa obra de Mário de Andrade reflete bem a reação de diversos setores da sociedade paulista a esses eventos ocorridos em 1922-1923 (Semana da Arte Moderna, Centenário da Independência e inauguração do Museu Republicano de Itu). Os artistas modernistas tentam rejeitar as críticas e vaias aos seus trabalhos e continuam a produzir sua arte; os intelectuais de orientação positivista continuam aplaudidos pela elite tradicional, querendo impor sua visão de mundo às massas; enquanto a maior parte da população, as classes mais desfavorecidas, não compreendem ou ignoram o que é transmitido pelas duas correntes de intelectuais/artistas, da mesma maneira que estão afastados das decisões sobre os destinos do país, da mesma maneira em que estavam na época da Proclamação da República. Ou seja, continuam *bestializados*.<sup>13</sup>

---

13 Expressão utilizada pelo historiador José Murilo de Carvalho para descrever a falta de parti-

Os dois intelectuais citados neste capítulo (Afonso de Taunay e Mário de Andrade), apesar de representarem duas correntes intelectuais divergentes, acabaram prestando serviços para o governo do líder do movimento político que derrubou o PRP e as demais oligarquias estaduais do poder: Getúlio Vargas. Ele teve, como uma de suas principais metas, a construção de uma unidade cultural nacional, com o intento de diminuir os sentimentos regionalistas e, dessa maneira, conseguir centralizar o poder político e acabar com o sistema substanciado no governo de Campos Salles.

Taunay, além de completar sua obra sobre as bandeiras paulistas, prestou serviços de consultoria para produção de filmes financiados pelo Estado Novo, como foram os casos de *“Descobrimento do Brasil”* (1937) e *“Os Bandeirantes”* (1940). Quanto a Mário de Andrade, ele foi diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e colaborou com diversos projetos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) entre os anos de 1938 e 1940. Esses projetos procuraram estudar o folclore de diversas regiões do país para, a partir delas, se construir uma cultura popular que deveria ser assimilada por todas as classes sociais brasileiras. Dessa maneira, positivistas/tradicionalistas e modernistas, apesar das diferenças e rivalidades, de alguma maneira trabalharam juntos no projeto cultural do governo varguista.

---

cipação popular nos eventos do dia 15 de novembro de 1889. Ver CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

# PARA (NÃO) CONCLUIR



Pelo que observamos neste trabalho, podemos chegar a diversas conclusões sobre o advento republicano no Brasil, e principalmente sobre o papel do PRP nesse processo. O partido sempre defendeu (apesar das várias dissidências e divergências) a posição<sup>14</sup> da maioria da burguesia paulista cafeeira, que na realidade nunca teve um projeto para o país (apesar de no *discurso* afirmar o contrário), mas sim um projeto de montagem de um Estado que atendesse aos seus interesses. Em outras palavras, esse grupo desejava um Estado que lhe concedesse créditos e liberdade para os negócios e que lhe proporcionasse condições para alcançar lucros cada vez maiores. Quanto aos demais setores da sociedade, nunca houve qualquer interesse em promover políticas que pudessem melhorar as condições de vida das populações marginalizadas. Foram vários os “massacres” da população marginalizada, como os casos de Canudos, de Contestado, da Revolta da Vacina, das Greves Operárias de 1917, entre outros de repercussão nacional menor, mas de uma dramaticidade similar.

O elitismo do PRP pode ser observado já na própria maneira de realizar a propaganda republicana em São Paulo, em que as luxuosas reuniões em clubes restritos agradavam a burguesia local, mas proporcionavam um lento crescimento do partido em seu próprio Estado, sendo que, no momento do golpe de 15 de novembro de 1889, os políticos paulistas não estavam preparados para controlar o governo, o que foi possível apenas anos depois, utilizando-se de diversos estratagemas políticos, infelizmente tão comuns na política brasileira até os dias atuais.

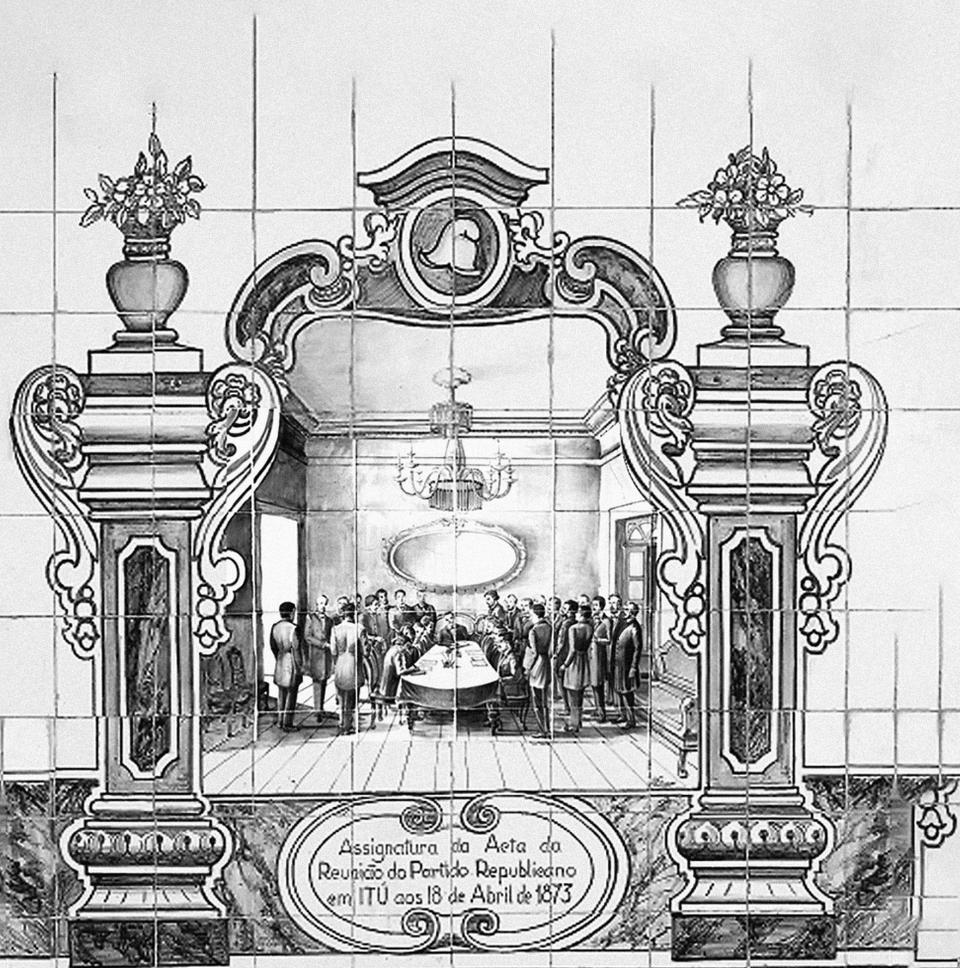
---

14 De fato, a Primeira República é um dos casos mais explícitos, em toda a história contemporânea, de promiscuidade entre o poder político e os interesses econômicos hegemônicos.

A população comum, apesar de viver em um regime político tido como democrático, estava totalmente fora das decisões sobre os destinos do país. Na realidade, o novo regime era até mais excludente que o (bem elitista) regime monárquico. Não houve organizações políticas fortes o suficiente para fazerem ouvir suas reivindicações, já que apenas setores *descontentes* das elites se manifestavam, como era o caso de alguns artistas modernistas, mas mesmo eles tinham uma visão elitista da sociedade nacional, tentando transformar a burguesia, e não toda a sociedade.

Os *genes* elitistas da República, já herdados do Antigo Regime, inibiram o interesse popular pela política, o que se nota até os dias de hoje na desconfiança e na falta de engajamento da população em geral. Infelizmente, as pessoas seguem assistindo “bestializadas” aos tristes acontecimentos da política nacional.

# POSFÁCIO





É com grande satisfação que recebemos o convite para participar desta nova edição do livro *Manipulando almas: a construção do imaginário paulista na Primeira República* de autoria do Professor Fernando Santos da Silva. O estudo do Partido Republicano Paulista (PRP), que envolve diferentes aspectos do partido, como a sua doutrina, a sua prática política, a sua componente social e econômica e o seu papel histórico, nos interessa desde que começamos a ler sobre os primórdios do regime republicano no Brasil – o contato com o tema aconteceu já no final da década de 1990, quando fazíamos o curso de Graduação em História –, e esteve presente em boa parte de nossas pesquisas desde então. O tema do PRP é decisivo para a compreensão do Brasil contemporâneo, inclusive para a compreensão do próprio processo de industrialização pelo qual o país passou durante o século XX: afinal, o republicanismo paulista era a voz política de um dos ramos mais poderosos das elites agroexportadoras brasileiras, a *cafeicultura do Oeste paulista*, a economia cafeeira e o desenvolvimento comercial e infraestrutural que ela estimulou, tendo sido uma etapa decisiva antes do processo de modernização pelo qual o país passou depois de 1930. Se a vitória do movimento revolucionário que deu origem à era Vargas foi fundamental para que fosse criada uma ordem industrializadora no Brasil (criação de um aparelho estatal voltado para a industrialização), as bases econômicas para a industrialização (geração da riqueza a ser usada no financiamento do setor industrial, surgimento de um mercado de consumo urbano etc.) surgiram em grande parte em função da expansão cafeeira e de toda estrutura comercial e empresarial que ela estimulou. Podemos dizer, desta forma, que a cafeicultura do Oeste paulista, representada na arena política pelo poderoso PRP, operou uma revolução dentro da economia agroexportadora brasileira,

ajudando-a a superar os seus aspectos mais arcaicos associados ao escravagismo.

O PRP foi, portanto, uma grande força política em função dos interesses sociais e econômicos que ele representava e veio a controlar o regime republicano brasileiro durante o período de 1894-1930, seja diretamente (Presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luís), seja por meio de aliados. A sua função consistiu em garantir que o aparelho de Estado brasileiro defendesse, em todos os sentidos, os interesses e o domínio das elites agroexportadoras que ele representava. Segundo formulação de Décio Saes:

Sob o controle da burguesia cafeeira, o Estado oligárquico preencheu, ao mesmo tempo, duas funções. De um lado, o Estado de classe cumpriu sua função política superior assegurando a ordem social: manutenção do estatuto da propriedade rural e das relações de trabalho predominantes no campo, repressão do movimento operário nas cidades. O Estado oligárquico preenchia, assim, sua função conservadora assegurando a dominação de classe. De outro lado, o Estado da burguesia cafeeira implementava uma política econômica destinada a assegurar a expansão do capitalismo agrário-exportador. Esta missão prospectiva o Estado oligárquico a cumpria defendendo os interesses do complexo agrário-exportador e, sobretudo, os da economia cafeeira. Portanto, todos os instrumentos econômicos do Estado oligárquico foram colocados, seja no plano regional, seja no plano nacional, a serviço desta política (Saes, 1984, p. 39-40).

O papel do Estado oligárquico explica, por exemplo, as políticas de valorização da produção cafeeira ocorridas ao longo da Primeira República, políticas cuja função era manter um valor de mercado suficientemente alto para o café brasileiro em contextos desfavoráveis (superprodução, retração do mercado externo etc.). Entretanto, esta dominação não se deu de forma imediata e natural; em outras palavras, a passagem do Império para a República, ocorrida por meio de um golpe militar em 15 de novembro de 1889, não implicou a entrega imediata do poder às elites agroexportadoras do Oeste paulista. Apesar do PRP ser uma das principais forças de oposição ao Império nas duas últimas décadas de existência deste regime, foi preciso que o partido (que não fora protagonista na conspiração antimonárquica de 1889) se organizasse e lutasse contra grupos rivais (militares, antigos monarquistas etc.) pelo domínio da nova ordem republicana. Desta luta pela hegemonia no regime republicano recém-inaugurado, resultaram anos de conflitos, muitos deles sangrentos: trata-se da chamada *primeira década republicana*, que teve início em 15 de novembro de 1889 e se encerrou apenas com a consolidação do poder civil sob controle paulista durante a fase final do mandato presidencial de Prudente de Moraes (1897-1898). A Professora Wilma Peres Costa sintetiza o que foi o turbulento processo de transição da antiga ordem imperial para a nova ordem republicana:

A República Oligárquica não nasceu pronta no 15 de novembro, mas foi o resultado de um lento e conflitivo processo de lutas e transações, no qual foram cooptados ou aliados os projetos republicanos rivais. Além do “bloco agrário”, capitaneado pela cafeicultura paulista, pelo menos duas outras forças estiveram presentes no movimento republicano: importantes setores das camadas médias e da

intelectualidade urbana, que pela primeira vez passaram a fazer parte da cena política, e o exército, elemento decisivo para a derrubada da monarquia. Ora, as motivações antimonárquicas de cada uma dessas forças eram distintas, resultando em expectativas diferentes em relação à construção da nova ordem. Mais do que isso, no caso dos dois componentes mais orgânicos da “frente republicana” — a cafeicultura paulista e as forças armadas —, essas motivações eram até mesmo antagônicas (Costa, 1996, p. 17).

Somente após dois governos militares (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e um conturbado governo civil (Prudente de Moraes), e apenas após uma série de conflitos políticos e armados (Revolução Federalista, Revolta da Armada, Guerra de Canudos), é que a hegemonia do republicanismo paulista e do modelo republicano que ele defendia (modelo liberal-federalista elitizado, sob controle das elites agroexportadoras) se efetivou. A partir daí, durante o governo presidencial de Campos Sales (1898-1902), e muito em função das tensões políticas dos anos anteriores, seria promovida uma reorganização do regime republicano objetivando a consolidação e a estabilização do sistema político vitorioso no final do governo de Prudente de Moares: nascia a famosa Política dos Governadores, isto é, uma sólida e autoritária organização política apoiada na aliança entre o governo federal e as situações estaduais; e, com a Política dos Governadores, nascia a República Oligárquica, isto é, um sistema político formalmente representativo, mas na prática controlado por um pequeno grupo que se eterniza no poder. Esta situação duraria, não sem crises e abalos, até 1930.

Como dissemos, o PRP teve de lutar com todos os seus meios para conseguir o seu grande objetivo, isto é, assumir o controle

do aparelho de Estado republicano brasileiro. Nascido no início da década de 1870 e representando setores das elites agrárias brasileiras descontentes com o centralismo imperial, o Partido Republicano Paulista (PRP) era uma mescla de contestação e conservadorismo, a sua militância pela *federação* não sendo acompanhada nem de uma defesa da via revolucionária para a mudança de regime, nem de uma posição clara em relação ao problema da escravidão. Este perfil ambíguo do partido (ao mesmo tempo contestador e conservador) o faria se ausentar do movimento conspiratório que desembocou no golpe de Estado de 15 de novembro e o obrigaria a se contentar inicialmente com a condição de integrante de uma coalizão de forças republicanas capitaneadas por uma ditadura militar. Esta condição não impediria o PRP de se organizar e de usar tanto a sua forte estrutura partidária quanto o poderio econômico de seu estado para se impor dentro da nova ordem: ao conseguir dominar o processo da elaboração constitucional, o PRP obtinha, em fevereiro de 1891, a vitória do modelo de seus sonhos: o modelo federalista e presidencialista, necessário para o próprio desenvolvimento da cafeicultura de seu estado em função da autonomia tributária a ele inerente. Em seguida, haveria o conflito com Deodoro da Fonseca, líder do golpe militar de 15 de novembro e 1º chefe de Estado do novo regime; a ditadura *deodorista* de vinte dias em novembro de 1891; a ascensão de Floriano Peixoto, outro presidente militar; a aliança tática do PRP com Peixoto para enfrentar movimentos revoltosos que representavam uma ameaça à sua futura ascensão; e finalmente a eleição de Prudente de Moraes em 1894 e a consolidação do poder civil e paulista no período 1894-1898.

Enfim, temos aqui uma longa sequência de acontecimentos políticos que caracterizam a primeira década republicana como um *período revolucionário* do qual saiu vitoriosa a força

política que representava o setor econômico mais próspero do país; e este setor precisava da mudança de regime (substituição da monarquia centralizada por uma república federativa) para completar a sua ascensão econômica. O controle do aparelho federal (e não apenas do aparelho estadual paulista) era necessário ao PRP para evitar que setores hostis aos interesses da cafeicultura do Oeste paulista viessem a dominar a política nacional. Se porventura os republicanos paulistas não estivessem convictos da necessidade de controle do aparelho federal em 1889, os conflitos dos primeiros anos do regime certamente os fizeram mudar de ideia. A preocupação com a preservação desta hegemonia a nível nacional explica a política de construção do poder oligárquico empreendida durante o governo de Campos Sales, ou seja, aclara o perfil autoritário e elitista que o regime republicano civil sob controle paulista acabou adotando.

O trabalho de Fernando Santos da Silva, publicado agora em nova edição, enfoca esta discussão sobre a construção do poder do PRP no regime político instaurado em 1889. O contexto dos primeiros anos da República, com as principais forças políticas da época (republicanos paulistas, militares, positivistas, antigos monarquistas, jacobinos) em conflito pelo domínio do novo regime, é muito bem situado aqui. A organização do texto é coerente e racional, com a sua divisão em *três partes*, a primeira tratando das origens do republicanismo paulista e da formação do PRP, a segunda descrevendo a trajetória do partido na conquista do poder político e na consolidação de seu domínio dentro da ordem republicana brasileira e a terceira trabalhando com a questão da construção de uma ideologia que justificasse o domínio político do PRP. Aliás, podemos até dizer que esta última questão é uma novidade para nós, na medida em que, embora soubéssemos da existência de um viés ideológico muito acentuado na historiografia paulista clássica (o culto aos bandeirantes e

aos heróis paulistas em geral), desconhecíamos o quão estreita era a relação entre a obra de um historiador como Afonso de Taunay, representante típico desta vertente historiográfica, e o projeto hegemônico do PRP. Além do mais, em nossa fase atual, em que optamos por nos dedicar ao estudo da história política de São Paulo no período republicano, recebemos com satisfação toda publicação, inédita ou não, que trate do tema da atuação de nosso estado na ordem política nascida em 1889. Enquanto paulista fascinado pela história de seu estado e de sua região, acreditamos que a trajetória política do PRP (sejamos ou não defensores do legado deste partido) em hipótese alguma pode ser esquecida. Finalmente, com este trabalho, Fernando Santos da Silva contribui para manter ativa a corrente acadêmica formada por autores como Edgard Carone, Maria do Carmo Campello de Souza, Joseph Love, Boris Fausto, Maria Lygia Coelho Prado, Eduardo Kugelmas e José Ênio Casalecchi, entre tantos outros, a qual tem se destacado pelo estudo do papel histórico de São Paulo dentro da ordem republicana brasileira.

### **Guillaume Azevedo Marques de Saes**

Doutor em História Econômica – Universidade de São Paulo

# REFERÊNCIAS

ADUCCI, Cássia Chrispiniano. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p. 101-124, 1999.

ALVES, Odair Rodrigues. *Os homens que governaram São Paulo*. São Paulo: NOBEL/EDUSP, 1986.

ANDRADE, Mário. *Poesias Completas*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A, 1972.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1981.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930 – Texto e Contexto)*. São Paulo: DIFEL, 1969.

CARONE, Edgard. *A República Velha (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRS, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas – o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CODATO, Adriano Nervo. A elite destituída: a classe política paulista nos anos 30. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010. 2 v. p. 275-305.

CORREA, Priscila Gomes. *História, política e revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

CORREIA, Leôncio. *A verdade histórica sobre o 15 de novembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOUVÊA, Fernando da Crus. *Joaquim Nabuco: entre a Monarquia e a República*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 119-143.

LUIS, Washington. *Discurso de inauguração do Museu Republicano*. 1923. Disponível em: <http://www.itu.com.br/itu/scripts/user/turismo/desvendandoitu/jonas-discurso.asp>. Acesso em: 18 set. 2005.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Deodoro, a espada contra o Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

MANIFESTO Republicano. *Revista de História*. São Paulo, v. XLI, n. 84, p. 409-433, 1970.

MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da República*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Como explorar um museu histórico*. São Paulo: Museu Paulista, 1992.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme Descobrimento do Brasil (1937), de Humberto Mauro. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 135-165, 2000.

MORETTIN, Eduardo Victorio. *Quadros em movimento: o uso de fontes iconográficas no filme Os Bandeirantes (1940)*, de Humberto Mauro. *Revista brasileira de História*, v. 18, p. 105-131, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201881998000100005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201881998000100005&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 18 set. 2005.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Museu Paulista: novas leituras*. São Paulo: Museu Paulista, 1995.

PENNA, Lincoln de Abreu. *Uma história da república*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Tradição e modernidade no *state-building* paulista durante a Primeira República (1889-1930). In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010. 2 v. p. 207-232.

PORTO, Manoel Ernesto Campos. *Apontamentos para a História da República: um regime centenário*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

ROSA, Zita de Paula. *A dominação legitimada*. São Paulo: Contexto, 1990.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. O Partido Republicano Paulista e a luta pela hegemonia política (1889-1898). In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010. 2 v. p. 189-206.

SILVA, Fernando Santos da. *et al. A construção do imaginário da hegemonia paulista na República Velha (1873-1923)*. 2005. 50 f. Monografia (Graduação em História) — Universidade do Grande ABC, Santo André, SP, 2005.

SILVA, Fernando Santos da. *Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na República Velha*, Salto, SP: Schoba, 2012.

SILVA, Fernando Santos da; BALOGH JÚNIOR, João; SILVA, Romeu Lages. DOS BASTIDORES AO PODER: a busca por um governo feito para nós e por nós. In: Fernando Santos da Silva. (Org.). *INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: articulações e intervenções em ciências humanas*. São Paulo: Paruna Editorial, 2024, v. 1, p. 197-224.

SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Maurício Tintori. Governantes paulistas. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial/Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010. 3 v. p. 9-66.

SILVA, Fernando Santos da; PIQUEIRA, Maurício Tintori. Os municípios do estado de São Paulo. In: CALDEIRA, João Ricardo de Castro; ODALIA, Nilo (org.). *História do Estado de São Paulo:*

a formação da unidade paulista. São Paulo: Imprensa Oficial/ Editora UNESP/Arquivo do Estado, 2010. 3 v. p. 67-298.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Nasce a República: 1888-1894*. Série História da República Brasileira. São Paulo: Editora Três, 1975. 1 v.

SOUZA, Jonas Soares de. *Afonso de Taunay: história e ação*. Iturismo, Itu, 2002.

SOUZA, Jonas Soares de. *O percurso de uma instituição*. Itu.com.br, Itu, 01 jun. 2003.

TAUNAY, Visconde de. *Império e República*. São Paulo: Melhoramentos, s. d.

TEIXEIRA, Francisco; DANTAS, José. *História do Brasil: da Colônia à República*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

## SOBRE O AUTOR



**Fernando Santos da Silva** é Doutor e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Educação pela Universidade Paulista. Possui graduação em História, em Geografia e em Pedagogia. É autor de *Maria Antônia: um retrato além da moldura* [Appris, 2019]; e *Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na República Velha* [1ª ed. Schoba, 2012]. Em parceria, organizou: *Interdisciplinaridade na Formação Acadêmica: articulações e intervenções em Ciências Humanas* [Paruna Editorial, 2024]; *Perspectivas Histórico-Literárias: reflexões, convergências e possibilidades* [LiberArs, 2024]; *Trilhando Horizontes: as relações entre Educação e Sociedade* [Verona, 2021]; *Tecituras Interdisciplinares: Diálogos entre Educação, Arte e História da Cultura* [Appris, 2020]; *Entre Caminhos: reflexões sobre planejamento, perspectivas educacionais e possibilidades de aprendizagem* [CRV, 2020]; e *Para além dos muros da escola: o universo das crianças* [Linea, 2013]. Colaborou na trilogia: *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista* [Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010], sendo um dos responsáveis pelo 3 volume: *Governo e Municipalidade*. Membro da Rede Internacional de Pesquisa em História e Culturas no Mundo Contemporâneo e Academia Popular de Letras Grande ABC.

Em *Manipulando Almas*, a excelência da pesquisa, a apresentação concatenada de ideias e a abordagem refinada e inteligente, com ilações acuradas e inéditas na interpretação de um momento singular da história paulista, tornam a leitura deste livro enriquecedora. Ao deslindar a construção do imaginário paulista, a partir da constituição do Partido Republicano Paulista e da retomada de tradições – algumas perdidas, outras inventadas, como a construção cuidadosa do mito do bandeirismo –, a obra expõe didaticamente como a burguesia cafeeira liderou o movimento republicano, a conquista e a consolidação do poder à frente do novo regime, transformando, por um processo metafórico, fazendeiros em “novos bandeirantes”.

A descrição e análise dos festejos da Independência do Brasil em São Paulo é primorosa e permite compreender a grandeza que as elites burguesas paulistas emprestaram àquele marco temporal. O pouco estudado enfoque dos modernistas sobre velhos mitos – num processo antropofágico de reescrita da história oficial com novas roupagens – deixa patente a capacidade do discurso ufanista de reescrever-se e chegar até nossa geração, como justificativa da inexorabilidade da liderança paulista no cenário político e econômico nacional.

Precisa nas ideias, isenta de paixões, fortemente estribada em fontes primárias, a leitura desta obra permitirá ao leitor passear prazerosamente pela história paulista, compreendendo melhor as relações que marcam o federalismo, os conflitos e a circularidade da marcha da história brasileira a partir do final do século XIX até o presente.

### **Luiz Eduardo Pesce de Arruda**

Doutor em Educação, Arte e História da Cultura  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

parana

ISBN 978-658510641-2



9

786585

106412